



PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2015

(Projeto de Lei nº 03/2014-CN)

RECIBOS DE ENTREGA E ATAS DAS EMENDAS COLETIVAS
Comissões Permanentes da Câmara dos Deputados

1. COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL
2. COMISSÃO DO ESPORTE
3. COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO
4. COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE
5. COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
6. COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL
7. COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO
8. COMISSÃO DE TURISMO
9. COMISSÃO DIRETORA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Presidente: Deputado DEVANIR RIBEIRO (PT/SP)

Relator: Senador VITAL DO RÊGO (PMDB/PB)



RECIBO DE ENTREGA DE EMENDAS À LDO

EMENDA DE META

NÚMERO EMENDA	CÓDIGO AÇÃO	DESCRIÇÃO AÇÃO	QUANTIDADE META
1	20Y6	Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias para a Agropecuária	990
2	8924	Transferência de Tecnologias Desenvolvidas para a Agropecuária	190

EMENDA AO TEXTO

NÚMERO EMENDA	REFERÊNCIA	TIPO EMENDA
3	Artigo 4	Modificativa
4	Item 62	Aditiva

Emendas Meta	2
Emendas Cancelamento	0
Emendas Texto	2
Total	4

AUTOR DA EMENDA

5010 - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural - CAPAD

Autor:

Paulo Feijó

Credenciado:

Mozes Lobo

Chave de Segurança: 22956

Lote: 7343

DEP. PAULO FEIJÓ

*MOZES LOBO
SECRETÁRIO-EXECUTIVO*

54ª Legislatura – 4ª Sessão Legislativa Ordinária

**ATA DA TRIGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA (DELIBERATIVA)
REALIZADA EM VINTE E NOVE DE OUTUBRO DE 2014.**

Às onze horas e três minutos do dia vinte e nove de outubro de dois mil e catorze, reuniu-se a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, no Anexo II, Plenário 6, da Câmara dos Deputados, convocada pelo Presidente da Comissão, na forma regimental, para a realização de reunião ordinária destinada à discussão e votação das matérias constantes da Pauta. O Livro de Presença registrou o comparecimento dos Deputados: Paulo Feijó - Presidente; Onyx Lorenzoni, Carlos Magno e Celso Maldaner - Vice-Presidentes; Abelardo Lupion, Amir Lando, Bohn Gass, Dilceu Sperafico, Giovanni Queiroz, Heuler Cruvinel, Jairo Ataíde, João Rodrigues, Josué Bengtson, Leandro Vilela, Luis Carlos Heinze, Luiz Nishimori, Moreira Mendes, Nelson Padovani, Nilson Leitão, Odílio Balbinotti, Oziel Oliveira, Padre João, Paulo Cesar Quartiero, Raimundo Gomes de Matos, Roberto Balestra, Roberto Dorner, Valmir Assunção e Zé Silva - Titulares; Alceu Moreira, Alfredo Kaefer, Betinho Rosado, Eleuses Paiva, Félix Mendonça Júnior, Lúcio Vale, Márcio Marinho, Marcos Montes, Pedro Chaves e Ronaldo Caiado – Suplentes. Compareceram também os Deputados Giovani Cherini, João Carlos Bacelar, Jorge Boeira, Júnior Coimbra, Valtenir Pereira e Vitor Penido, como não-membros. Deixaram de comparecer os Deputados Anselmo de Jesus, Antônio Andrade, Beto Faro, Domingos Sávio, Giacobbo, Hélio Santos, Junji Abe, Lira Maia, Luci Choinacki, Marcon, Reinaldo Azambuja e Wellington Roberto.

ABERTURA: Havendo número regimental, o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos e colocou em apreciação as Atas da Vigésima Sétima Reunião Ordinária (Audiência Pública), da Vigésima Oitava Reunião Ordinária (Deliberativa), da Vigésima Nona Reunião Ordinária (Audiência Pública) e da Trigesima Reunião Ordinária (Audiência Pública), realizadas em primeiro, dois e quinze de julho, e sete de agosto de 2014, respectivamente, tendo solicitado ao Secretário que procedesse à leitura. O Deputado Zé Silva requereu a dispensa da leitura das Atas, em razão de estas terem sido distribuídas previamente aos membros da Comissão. Aprovado o Requerimento de dispensa de leitura das Atas, em votação, as Atas foram aprovadas.

EXPEDIENTE: O Presidente comunicou o Plenário do recebimento do ofício O.I. 031/2014/GAB_513, datado de catorze de julho de 2014, que justifica a ausência do Deputado Nelson Padovani às reuniões realizadas nos dias seis, oito, vinte, vinte e sete e vinte e oito de maio e três e cinco de junho de 2014; e do Mem. n. 133/14/GAAB/PSD, de 6 de agosto de 2014, da Liderança do PSD, que justifica a ausência do Deputado Junji Abe nos dias 1º e 15 de julho de 2014.

ORDEM DO DIA: Iniciada a Ordem do Dia, o Presidente submeteu à apreciação os seguintes itens: **A -**

PEREIRA

Discussão e votação de emendas à LDO: Propostas de Emendas ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, PL nº 03/2014- CN: **1)** Emenda de Inclusão de Meta. Ementa: Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias para a Agropecuária. Programa: 2042 inovações para a Agropecuária. Ação: 20Y6 Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias para a Agropecuária. Produto (unidade de medida): Pesquisa desenvolvida (unidade). Acréscimo de meta: 990; **2)** Emenda de Inclusão de Meta. Ementa: Transferência de Tecnologias Desenvolvidas para Agropecuária. Programa: 2042 Inovações para a Agropecuária. Ação: 8924 Transferência de Tecnologias Desenvolvidas para a Agropecuária. Produto (unidade de medida): Tecnologia transferida (unidade). Acréscimo de meta: 190; **3)** Emenda ao Texto da Lei. Ementa: As prioridades e metas da Administração Pública Federal para o exercício de 2015. Modalidade: Comissão. Tipo de Emenda: Modificativa. Referência: Corpo da Lei - Artigo 4. Texto Proposto: "Art. 4º As prioridades e metas da Administração Pública Federal para o exercício de 2015, atendidas as despesas contidas no Anexo III, as de funcionamento dos órgãos e das entidades que integram os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, correspondem às ações relativas ao PAC e ao Programa Brasil Sem Miséria – PBSM, bem como às ações de pesquisas e transferências de tecnologias do Programa 2042 - Inovações para a Agropecuária, vinculadas às subfunções Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia e Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico, as quais terão precedência na alocação dos recursos no Projeto e na Lei Orçamentária de 2015, não se constituindo, todavia, em limite à programação da despesa."; e **4)** Emenda ao Texto da Lei. Ementa: Despesas que não serão objeto de limitação de empenho. Modalidade: Comissão. Tipo de Emenda: Aditiva. Referência: Anexo III – Item 62. Texto Proposto: "Alterar o Anexo III – DESPESAS QUE NÃO SERÃO OBJETO DE LIMITAÇÃO DE EMPENHO, NOS TERMOS DO ART. 9º, § 2º, DA LRF, POR CONSTITUIREM OBRIGAÇÕES CONSTITUCIONAIS OU LEGAIS DA UNIÃO, para incluir a SEÇÃO III.2 no ANEXO III – DEMAIS DESPESAS RESSALVADAS, CONFORME O ART. 9º, § 2º, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 2000, para acrescentar as despesas ressalvadas de contingenciamento a saber: SEÇÃO III.2 – DEMAIS DESPESAS RESSALVADAS, CONFORME O ART 9º, § 2º, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 2000: 1. Despesas com ações de pesquisas e desenvolvimento e de transferência de tecnologias vinculadas ao Programa 2042 – Inovações para a Agropecuária, relacionadas às subfunções Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia e Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico, no âmbito da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA". **Após a discussão, as quatro emendas foram votadas e aprovadas. B – Requerimentos:** O Deputado Raimundo Gomes de Matos apresentou requerimento de inversão de pauta, o qual foi aprovado pelos membros. **4 -**

REPETIR

REQUERIMENTO Nº 609/14 - do Sr. Raimundo Gomes de Matos - (REQ 522/2014) - que "requer a inclusão de convidados na Audiência Pública para debater o atual traçado da Ferrovia Transnordestina e os impactos desta obra na economia dos municípios". Em discussão e votação, **o requerimento foi aprovado por unanimidade.**

5 - REQUERIMENTO Nº 603/14 - do Sr. Luis Carlos Heinze - que "requer a realização de audiência pública para discutir o documento final relativo aos Artigos 17 e 18 da Convenção Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT) a ser deliberado na Sexta Conferência das Partes da referida Convenção". **Retirado de pauta pelo autor.**

6 - REQUERIMENTO Nº 604/14 - do Sr. Ronaldo Caiado - que "solicita a convocação do Ministro de Minas e Energia, Sr. Edison Lobão, para explicar a venda de 51% da Centrais Elétricas de Goiás - CELG D à Eletrobrás". Discutiram os Deputados Celso Maldaner, que sugeriu a inclusão das diretorias da CELG e Eletrobrás como convidados, João Rodrigues, que sugeriu convite ao presidente da CELG, Domingos Sávio, Junior Coimbra, Padre João, Márcio Macedo e Abelardo Lupion. Em votação, o requerimento foi aprovado contra os votos dos Deputados dos Partidos dos Trabalhadores e do Deputado Junior Coimbra, do PMDB. Em seguida, o Deputado Junior Coimbra, na qualidade de vice-líder do PMDB, solicitou a verificação de votação. Declararam obstrução à votação o Partido dos Trabalhadores e o PMDB. Realizada a votação nominal, votaram sim os seguintes Deputados: Amir Lando, Alceu Moreira, Odílio Balbinotti, Marcos Montes, Moreira Mendes, Roberto Dorner, Alfredo Kaefer, Nilson Leitão, Carlos Magno, Dilceu Sperafico, João Rodrigues, Luiz Nishimori, Paulo Feijó, Abelardo Lupion, Ronaldo Caiado, Onyx Lorenzoni, Jairo Ataíde, Josué Bengston, Raimundo Gomes de Matos, Paulo Quartiero, Zé Silva, Roberto Balestra, Luis Carlos Heinze e Nelson Padovani. **O requerimento foi aprovado com vinte e quatro votos sim, com a inclusão de convite ao Presidente da CELG.**

7 - REQUERIMENTO Nº 605/14 - do Sr. Onyx Lorenzoni - que "solicita a realização de Audiência Pública, com a presença do Senhor Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Neri Geller, para oferecer esclarecimentos e debater a decisão da pasta em transferir para o LANAGRO/MG a tarefa de realizar as provas de controle de qualidade oficiais em vacinas contra a febre aftosa". Discutiram a matéria os Deputados Celso Maldaner, Valmir Assunção e Carlos Magno, que solicitaram a troca da expressão convocação por convite. O Deputado Onyx Lorenzoni não acatou a sugestão. **Em votação, o requerimento foi aprovado contra os votos dos Deputados Carlos Magno, Celso Maldaner e os Deputados do Partido dos Trabalhadores.** Em seguida, o Deputado Carlos Magno assumiu a condução dos trabalhos.

9 - REQUERIMENTO Nº 606/14 - do Sr. Nilson Leitão - que "solicita seja convocado o Ministro da Integração Nacional, Francisco José Coelho Teixeira, nesta Comissão, para prestar esclarecimentos a esta Comissão

REPENTIN

acerca dos processos de situação de emergência no Brasil". Discutiram a matéria os Deputados Valtenir Pereira, Bohn Gass, Padre João, Valmir Assunção e Márcio Macedo. Em seguida, o Deputado Valtenir Pereira, vice-líder do PROS, apresentou requerimento de adiamento da votação do Requerimento nº 606/14, por duas sessões. Os deputados Valtenir Pereira, Vice-Líder do PROS, e Márcio Macedo, Vice-Líder do PT, encaminharam a votação. **O requerimento foi rejeitado contra os votos dos Deputados Valtenir Pereira, Bohn Gass, Padre João e Valmir Assunção.** Em seguida, os Deputados Valtenir Pereira e Bohn Gass apresentaram requerimento para quebra do interstício da votação nominal. Encaminharam a votação os Deputados Valtenir Pereira, Vice-Líder do PROS, e Márcio Macedo, Vice-Líder do PT. **O requerimento foi rejeitado contra os votos dos Deputados Valtenir Pereira, Bohn Gass, Padre João e Valmir Assunção.** Logo após, os Deputados Márcio Macedo, Vice-Líder do PT, e Valtenir Pereira, Vice-Líder do PROS, apresentaram o **REQUERIMENTO Nº 612/14** - que "requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 186, inciso II do Regimento Interno, votação por processo nominal do item nº 4, da pauta de hoje, correspondente ao REQ nº 606/14". Encaminharam a votação os Deputados Valtenir Pereira e Márcio Macedo. **O requerimento foi aprovado.** Em seguida, o Deputado Nilson Leitão solicitou verificação de votação do Requerimento nº 612/14. Não havendo número regimental, o Presidente em exercício declarou prejudicada a votação do Requerimento nº 612/14 e encerrou a reunião. **O requerimento nº 606/14 não foi votado.** **10 - REQUERIMENTO Nº 607/14** - do Sr. Zé Silva - que "audiência pública para discutir o uso de agrotóxicos na agricultura e seus efeitos sobre trabalhadores rurais e consumidores de produtos agropecuários". **Não foi deliberado.** **11 - REQUERIMENTO Nº 608/14** - do Sr. Celso Maldaner - que "requer a realização de Audiência Pública, para discutir a fraude no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf". **Não foi deliberado.** **C - Proposições Sujeitas à Apreciação do Plenário: PRIORIDADE 12 - PROJETO DE LEI Nº 5.016/05** - do Senado Federal - Tasso Jereissati - (PLS 208/2003) - que "estabelece penalidades para o trabalho escravo, altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e da Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, que regula o trabalho rural, e dá outras providências". (Apensados: PL 2667/2003 (Apensado: PL 3283/2004), PL 2668/2003 (Apensado: PL 3842/2012), PL 3500/2004 (Apensado: PL 3524/2004), PL 8015/2010, PL 1302/2011, PL 3107/2012, PL 4017/2012 e PL 5209/2013) RELATOR: Deputado REINALDO AZAMBUJA. PARECER: Parecer com Complementação de Voto, Dep. Reinaldo Azambuja (PSDB-MS), pela rejeição deste, do PL 3283/2004, do PL 3524/2004, do PL 2667/2003, do PL 2668/2003, do PL 3500/2004, do PL 8015/2010, do PL 1302/2011, do PL 3107/2012, do PL 4017/2012, e do PL 5209/2013, apensados,

RECAPIT

e pela aprovação do PL 3842/2012, apensado. Vista ao Deputado Beto Faro, em 21/05/2014. **Não foi deliberado. D - Proposições Sujeitas à Apreciação Conclusiva pelas Comissões: TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA 13 - PROJETO DE LEI Nº 5.194/05** - do Sr. Ronaldo Caiado - que "determina que frigoríficos com registro no Serviço de Inspeção Federal (SIF) informem, diariamente, ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento os preços, quantidades e outras características dos bovinos adquiridos para abate". RELATOR: Deputado ONYX LORENZONI. PARECER: pela aprovação do substitutivo do Senado Federal. **Não foi deliberado. 14 - PROJETO DE LEI Nº 6.432/13** - do Sr. Ivan Valente - que "proíbe no território nacional a venda, o cultivo e a importação de sementes de plantas alimentícias transgênicas com tolerância a herbicidas". RELATOR: Deputado WELLINGTON ROBERTO. PARECER: Parecer com Complementação de Voto, Dep. Wellington Roberto (PR-PB), pela rejeição. O Deputado Moreira Mendes apresentou voto em separado em 08/04/2014. **Não foi deliberado. 15 - PROJETO DE LEI Nº 6.956/13** - da Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia - que "dispõe sobre a proibição de as instituições financeiras, que operam o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf, condicionarem a concessão de financiamentos no âmbito do Programa à prestação, pelo mutuário, de qualquer forma de reciprocidade em produtos ou serviços". RELATOR: Deputado ABELARDO LUPION. PARECER: pela aprovação. **Não foi deliberado. 16 - PROJETO DE LEI Nº 5.919/13** - do Sr. Dr. Jorge Silva - que "altera a Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973". EXPLICACAO DA EMENTA: Garante indenização de befeitorias ao ocupante de boa-fé em terras indígenas. RELATOR: Deputado IRAJÁ ABREU. PARECER: pela aprovação, com quatro emendas. Vista conjunta aos Deputados Lira Maia e Padre João, em 02/04/2014. O Deputado Padre João apresentou voto em separado em 05/08/2014. **Não foi deliberado. 17 - PROJETO DE LEI Nº 7.070/14** - da Sra. Gorete Pereira - que "dispõe sobre a cobrança pelo uso de recursos hídricos provenientes de corpos de água de domínio da União, e dá outras providências". RELATOR: Deputado EDSON PIMENTA. PARECER: pela aprovação, com substitutivo. **Não foi deliberado. 18 - PROJETO DE LEI Nº 3.541/12** - do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame - que "obriga as indústrias processadoras de laranja in natura a adquirirem percentual mínimo de matéria-prima junto a produtores rurais, quando tiverem recebido financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES". (Apensado: PL 4693/2012) EXPLICACAO DA EMENTA: Percentual mínimo de 40% (quarenta por cento). RELATOR: Deputado DOMINGOS SÁVIO. PARECER: pela aprovação deste, e pela rejeição do PL 4693/2012, apensado. **Não foi deliberado. 19 - PROJETO DE LEI Nº 7.250/14** - do Sr. Irajá Abreu - que "acrescenta uma Tabela de Descontos na Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, para dispor sobre o

RECURSO

Imposto Territorial Rural (ITR) progressivo de acordo com a Área Produtiva". RELATOR: Deputado ANSELMO DE JESUS. PARECER: pela rejeição. **Não foi deliberado. 20 - PROJETO DE LEI Nº 1.587/11** - do Sr. Zé Silva - que "altera o inciso I do art. 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006". (Apensado: PL 7468/2014) EXPLICACAO DA EMENTA: Amplia o limite para a área individual a ser alcançada pela Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, estabelecendo que será considerado agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que não detenha área maior do que 6 (seis) módulos fiscais. RELATOR: Deputado WANDENKOLK GONÇALVES. PARECER: pela rejeição deste, e do PL 7468/2014, apensado. Adiada a discussão a requerimento de Deputado por 5 sessões, em 22/08/2012. **Não foi deliberado. 21 - PROJETO DE LEI Nº 6.971/13** - do Sr. Jorginho Mello - que "altera a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990 e a Lei nº 8.900, de 30 de junho de 1994 e dá outras providências". RELATOR: Deputado DOMINGOS SÁVIO. PARECER: pela aprovação, com substitutivo. **Não foi deliberado. 22 - PROJETO DE LEI Nº 3.803/12** - do Sr. Giovani Cherini - que "institui desconto especial a incidir sobre pagamentos das dívidas rurais que especifica". RELATOR: Deputado NELSON PADOVANI. PARECER: pela aprovação deste, com substitutivo, e pela rejeição da Emenda 1/2012 da CAPADR. **Não foi deliberado. 23 - PROJETO DE LEI Nº 5.628/13** - do Senado Federal - Ana Rita - (PLS 395/2011) - que "concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas, veículos utilitários, tratores e caminhões novos destinados exclusivamente ao uso na agricultura familiar camponesa brasileira, quando adquiridos por agricultor familiar camponês ou empreendedor familiar rural". (Apensado: PL 4967/2013) RELATOR: Deputado NELSON PADOVANI. PARECER: pela aprovação deste, e do PL 4967/2013, apensado, com substitutivo. **Não foi deliberado. 24 - PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 61/11** - do Sr. Luis Carlos Heinze - que "propõe que a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural adote as medidas necessárias para que seja realizado ato de fiscalização e controle dos procedimentos administrativos e eventuais excessos e omissões por parte da Fundação Nacional do Índio - Funai - no que diz respeito à demarcação de terras indígenas no País". RELATOR: Deputado LIRA MAIA. RELATÓRIO FINAL: pela implementação; e, no mérito, pela aprovação. Vista ao Deputado Valmir Assunção, em 23/05/2012. **Não foi deliberado. 25 - PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 103/12** - do Sr. Padre João - que "requer que a Comissão de Agricultura, Pecuária e Abastecimento realize, com o auxílio do Tribunal de Contas da União (TCU), ato de fiscalização e controle visando verificar os procedimentos administrativos realizados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, referentes a liberação de licenças de

Repetir

agrotóxicos". RELATOR: Deputado JUNJI ABE. RELATÓRIO PRÉVIO: pela não implementação da Proposta de Fiscalização e Controle nº 103, de 2012, e pelo seu consequente arquivamento. **Não foi deliberado. Nada mais havendo a tratar**, o Presidente encerrou os trabalhos às treze horas e vinte e três minutos, antes, porém, convocou os membros a participarem de reunião ordinária deliberativa no dia cinco de novembro de 2014, às dez horas, neste Plenário. E, para constar, eu [assinatura], Moizes Lobo da Cunha, Secretário, lavrei a presente Ata, que, por ter sido lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado Paulo Feijó [assinatura], e publicada no Diário da Câmara dos Deputados. xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx.



RECIBO DE ENTREGA DE EMENDAS À LDO

EMENDA DE META

NÚMERO EMENDA	CÓDIGO AÇÃO	DESCRIÇÃO AÇÃO	QUANTIDADE META
1	09HW	Concessão de Bolsa a Atletas	7.942
2	5450	Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer	2.006
3	14TP	Implantação e Modernização de Infraestrutura para o Esporte de Alto Rendimento	20.000

EMENDA AO TEXTO

NÚMERO EMENDA	REFERÊNCIA	TIPO EMENDA
4	Inciso XXIV	Aditiva

Emendas Meta	3
Emendas Cancelamento	0
Emendas Texto	1
Total	4

AUTOR DA EMENDA

5006 - Comissão do Esporte - CESPO

Autor: _____

Chave de Segurança: 37174

Credenciado: _____

Lote: 7473


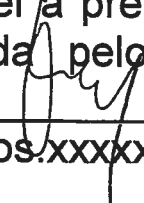


CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DO ESPORTE**54ª Legislatura - 4ª Sessão Legislativa Ordinária****ATA DA REUNIÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA
REALIZADA EM 19 de novembro de 2014.**

Às quatorze horas e vinte e dois minutos do dia dezenove de novembro de dois mil e quatorze, reuniu-se a Comissão do Esporte, no Anexo II, Plenário 04 da Câmara dos Deputados. Damião Feliciano - Presidente; Afonso Hamm, Romário e Marcelo Matos - Vice-Presidentes; Cida Borghetti, Danrlei de Deus Hinterholz, Edinho Bez, Fabio Reis, Jô Moraes, Pedro Chaves e Rubens Bueno - Titulares; André Figueiredo, Gustavo Petta, Pedro Fernandes, Policarpo, Roberto Santiago e Vicente Candido - Suplentes. Compareceu também a Deputada Rosinha da Adefal, como não-membro. Deixaram de comparecer os Deputados Acelino Popó, Arnon Bezerra, Carlos Eduardo Cadoca, Marillos Sampaio, Paulo Pimenta, Rodrigo Bethlem e Valadares Filho. **ABERTURA:** Havendo número regimental, o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos e convidou para compor a Mesa o Sr. Aldo Rebelo para audiência pública em atendimento aos requerimentos 46/2014, do deputado Dr. Jorge Silva, 47/2014, do deputado Silvio Torres e 52/2014, do deputado Marcelo Matos. O Sr. Aldo Rebelo explanou sobre a copa do mundo realizada no Brasil, pontuando sobre os ganhos que o país teve, principalmente em relação à melhoria da imagem junto ao exterior. Também discorreu sobre as Olimpíadas e defendeu a idéia de que ela será uma acontecimento exitoso para o país. Inquiriram o expositor os deputados Romário, Damião Feliciano, Pedro Chaves, Marcelo Matos, Afonso Hamm, Jô Moraes, Fábio Reis e Pedro Fernandes. Após a audiência pública teve a discussão e votação das sugestões de emendas a serem apresentadas ao PLDO-2015 (Projeto de Lei Nº 3/2014-CN) Sugestão de **EMENDA AO TEXTO DA LEI** - do Senhor Damião Feliciano, Ementa: Anexo II, XXV - Informações Detalhadas sobre Ações e POs. XXV - Mapeamento de ações integrantes da

proposta orçamentária, em meio magnético, em formato de banco de dados para consulta, contendo, no mínimo, código, título, descrição, especificação do produto ou item de mensuração e detalhamento da implementação de cada ação orçamentária bem como a descrição e caracterização dos planos orçamentários integrantes de cada ação orçamentária. **EMENDA DE INCLUSÃO DE META** - do Senhor Damião Feliciano, Ementa: 09HW - Concessão de Bolsa a Atletas - Detalhamento: Programa: 2035 - Esporte e Grandes Eventos Esportivos, Título da Ação: 09HW Concessão de Bolsa e Atletas, Produto (unidade): Bolsa concedida (unidade), Valor Fin.: 181.344.960, Meta Referência 7.942, Meta: 7.942 Bolsa concedida (unidade). **EMENDA DE INCLUSÃO DE META** - do Senhor José Rocha, Ementa: Implantação e Modernização de Infraestrutura para o Esporte de Alto - Detalhamento: Programa: 2035 - Esporte e Grandes Eventos Esportivos, Título da Ação: 14TP Implantação e Modernização de Infraestrutura para o Esporte de Alto, Produto (unidade): Infraestrutura implantada (unidade), Valor Fin. de referência: 1.600.000, Meta Referência 4, Meta: 20.000 Infraestrutura implantada (unidade). **EMENDA DE INCLUSÃO DE META** - da Senhora Jô Moraes, Ementa: ESPORTE E GRANDES EVENTOS ESPORTIVOS - Detalhamento: Programa: 2035 Esporte e Grandes Eventos Esportivos, Título da Ação: 5450 Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer, Produto (unidade): Espaço implantado/modernizado (unidade), Valor Fin. de referência: 707.698.435, Meta Referência 2006, Meta: 2.000 Espaço implantado/modernizado (unidade). O presidente Damião Feliciano colocou em apreciação a Ata da reunião ordinária realizada no dia 12 de novembro de 2014; O deputado Marcelo Matos solicitou a dispensa da leitura da ata. Em votação, a Ata foi aprovada. **ORDEM DO DIA: A - Requerimentos: 1 - REQUERIMENTO Nº 55/14** - do Sr. Vicente Candido - que ""Requer a inclusão da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania como convidada da Audiência Pública em conjunto com a Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público tendo como convidado o senhor Alexandre Gallo - técnico da Seleção Brasileira de Futebol Sub-20."" **SUBSCRITO PELO DEPUTADO MARCELO MATOS. APROVADO. B - Proposições Sujeitas à Apreciação Conclusiva pelas Comissões: TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA 2 - PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 2/11** - do Sr. Augusto Coutinho - que "propõe que a Comissão

de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados execute uma fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial, no Ministério do Esporte, sobre o "Programa Segundo Tempo" e outros convênios firmados pela referida Pasta". (Apensado: PFC 73/2012) RELATOR: Deputado ROMÁRIO. RELATÓRIO PRÉVIO: pela aprovação desta, e da PFC 73/2012, apensada. **RETIRADA DE PAUTA PELO AUTOR. 3 - PROJETO DE LEI Nº 1.548/11** - do Sr. Alexandre Leite - que "altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 - Estatuto do Desarmamento". EXPLICACAO DA EMENTA: Para dispor sobre armas de fogo e demais produtos controlados de colecionadores, caçadores e atiradores desportistas, como os Marcadores de Paintball. RELATOR: Deputado DELEGADO PROTÓGENES. PARECER: pela aprovação deste. **Vista conjunta aos Deputados André Figueiredo, Edinho Bez e Marcelo Matos, em 05/11/2014.** **RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO. 4 - PROJETO DE LEI Nº 4.680/12** - do Sr. Danrlei de Deus Hinterholz - que "altera o inciso I do art. 3º da Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, que institui o Bolsa-Atleta, alterado pela Lei nº 12.395 de 16 de março de 2011". (Apensado: PL 7511/2014) EXPLICACAO DA EMENTA: Reduz para 9 (nove) anos a idade mínima para obtenção de bolsas-atleta. RELATOR: Deputado ROBERTO SANTIAGO. PARECER: pela aprovação deste, e pela rejeição do PL 7511/2014, apensado. **RETIRADO DE PAUTA, DE OFÍCIO.** E, para constar, eu  Ana Cristina Oliveira, lavrei a presente Ata, que por ter sido lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado Damião Feliciano , e publicada no Diário da Câmara dos Deputados. xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx.



RECIBO DE ENTREGA DE EMENDAS À LDO

EMENDA AO TEXTO

NÚMERO EMENDA	REFERÊNCIA	TIPO EMENDA
1	Artigo 91 Parágrafo 6 Inciso II	Aditiva
2	Artigo 91 Parágrafo 9	Aditiva
3	Artigo 13	Aditiva

Emendas Meta	0
Emendas Cancelamento	0
Emendas Texto	3
Total	3

AUTOR DA EMENDA

5017 - Comissão de Finanças e Tributação - CFT

Autor: _____

Credenciado: _____

Chave de Segurança: 91768

Lote: 7375

Miranda 6749



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO
54ª Legislatura - 4ª Sessão Legislativa Ordinária

ATA DA DÉCIMA NONA REUNIÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 29 DE OUTUBRO DE 2014.

Às dez horas e cinquenta minutos do dia vinte e nove de outubro de dois mil e quatorze, reuniu-se a Comissão de Finanças e Tributação, no Anexo II, Plenário 04 da Câmara dos Deputados. Mário Feitoza - Presidente; Lucio Vieira Lima e Jose Stédile - Vice-Presidentes; Afonso Florence, Akira Otsubo, Cláudio Puty, Edmar Arruda, Guilherme Campos, João Magalhães, Júlio Cesar, Leonardo Quintão, Luiz Carlos Haully, Manoel Junior, Miro Teixeira, Nelson Meurer, Pauderney Avelino e Vaz de Lima - Titulares; Andre Moura, Cleber Verde, Dr. Ubiali, Eleuses Paiva, Francisco de Assis, Jairo Ataíde, João Carlos Bacelar, João Dado, Rogério Carvalho e Toninho Pinheiro – Suplentes. Compareceu também o Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, como não-membro. Deixaram de comparecer os Deputados Aelton Freitas, Alfredo Kaefer, Carlos Melles, Davi Alves Silva Júnior, Genecias Noronha, Jerônimo Goergen, João Lyra, José Humberto, José Priante, Nelson Marchezan Junior, Paulo Teixeira, Pedro Eugênio, Pedro Novais, Pedro Paulo e Pepe Vargas. **ABERTURA:** Havendo número regimental, o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos e submeteu à apreciação as Atas da 15ª, 16ª, 17ª e 18ª reuniões, realizadas, nos dias 03, 04 e 05 de junho de 2014, cujas cópias foram enviadas, por email, aos senhores membros. O Deputado João Dado solicitou a dispensa da leitura das atas. Em discussão e votação, as atas foram aprovadas por unanimidade. **EXPEDIENTE:** O Presidente parabenizou os senhores Deputados José Humberto (29/10) e Pepe Vargas (29/10), pela passagem do seu aniversário. O Presidente deu como lido o expediente, cujo resumo das correspondências recebidas pela comissão, até o dia 28 de outubro de 2014, foi encaminhado aos Senhores Membros por email. O Presidente informou que os documentos encontravam-se na Secretaria da Comissão, à disposição dos parlamentares interessados. **1)** Ofício nº 99/2014, do Banco Central do Brasil, encaminhando relatório de inflação de junho de 2014; **2)** Ofício nº 363/2014, do Deputado Alceu Moreira, encaminhando Moção nº 07/2014, da Câmara Municipal de Caxias do Sul,



Estado do Rio Grande do Sul, por meio do qual solicita apoio à aprovação do PL 604/2011; Aviso nº 522/2014, do Tribunal de Contas da União, encaminhando exemplar do sumário executivo, (bem com as fichas-síntese) sobre as contas do governo da República relativas ao exercício de 2013; **3)** Aviso nº 757/2014, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão nº 1.462/2014, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam; **4)** Aviso nº 917/2014, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão nº 2050/14, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam; **5)** Aviso nº 895/2014, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão nº 1.934/2014, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam; **6)** Aviso nº 912/2014, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia dos Acórdãos nºs 2.320/14 e 713/14, acompanhados dos relatórios e dos votos que os fundamentam; **7)** Aviso nº 1035/2014, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão nº 2565/2014, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam; **8)** Ofício nº 5973/2014, do Ministério Público Federal, Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro, encaminhando sugestões formuladas pelo senhor Carlos Leite Nascimento, que objetivam alterar o art. 6º, II, c, do Código Eleitoral, que dispõe ser facultativo o voto dos “funcionários civis e militares, em serviço que os impossibilite de votar” e do art. 5º, parágrafo 1º, da Lei nº 8.846/1994, que fixa multa pela não divulgação, por empresas, da obrigatoriedade de emissão de nota fiscal; **9)** Ofício nº 178/2013, do Banco Central do Brasil, encaminhando relatório de inflação de setembro de 2014; **10)** e-mail do Sr. Elder Albuquerque Aguiar, presidente do Sindicato Rural de Moraújo – Estado do Ceará, sobre “o Projeto Doutores do Sertão de Moraújo”, que se encontra em análise no Ministério da Educação. Na oportunidade, solicita apoio dos senhores Parlamentares pela aprovação do projeto junto ao Ministério da Educação; **11)** Ofício nº 127/2014, do Deputado Pedro Paulo, justificando ausência nas reuniões do dia 21/05; **12)** Ofício nº 105/2014, da Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e do Ministério Público da União, pleiteando atualização do PL 6613/09, para que duzentos e cinquenta servidores de nível auxiliar passem a receber como nível intermediário; **13)** Ofício nº 094/2014, do Senador Fernando Collor, encaminhando Moção de Apoio aos Projetos de Lei nºs 2.295/2000 e 4.924/2009; **14)** Ofício nº



1384/2014, da Câmara Municipal de São Caetano do Sul, encaminhando Moção de Repúdio à CFT pela reprovação do PL nº 2.682/07; **15)** Ofício nº 1526/2014, do Sindicato da Indústria Extrativista Mineral e dos Garimpeiros do Estado de Roraima, encaminhando Moção de apoio à aprovação dos projetos que tratam do direito de aposentadoria do trabalhador garimpeiro; **16)** exemplar (cd) do relatório anual 2013, com balanço das atividades desenvolvidas pela Agência Nacional de Telecomunicações; **17)** Manifesto do “Movimento Visibilidade Cegos Brasil”, a sugerir alteração legislativa em benefício dos deficientes visuais, no concernente à educação, acesso a cargos públicos, redução de tributos, sanções penais e administrativa por conduta atentatórias aos direitos dos deficientes, e finalmente, inversão do ônus de prova no processo civil; **18)** Ofício nº 26.791/2014, do Ministro de Estado Chefe da Contraladoria-Geral da União, comunicando a disponibilização, em sítio da Controladoria Geral da União, dos relatórios de fiscalização correspondentes a 39ª etapa do programa de fiscalização; **19)** Ofício nº 027/13, da Câmara Municipal de Umarizal, Estado do Rio Grande do Norte, solicitando urgência na aprovação do PL 688/2011, do Senado Federal; **18)** Ofício nº 53/2013, da Câmara Municipal de Jundiá, no Estado de São Paulo, acerca da Moção de Apoio à aprovação do PL nº 4.554/12; **20)** Carta do Sr. Gilvan Augusto de Faria, residente em Marília- SP, solicitando providência para que o PL 4.434/08 entre na pauta da Comissão. **ORDEM DO DIA: A PARA CONHECIMENTO:** O Presidente deu conhecimento do seguinte documento recebido pela comissão de finanças: **1) AVISO nº 48/2014**, do Banco Central do Brasil, encaminhando ao Congresso Nacional o demonstrativo das emissões do Real referentes ao mês de abril de 2014, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculantes. **B - PROPOSIÇÕES SUJEITAS À APRECIÇÃO CONCLUSIVA PELAS COMISSÕES: TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA 1 - SUGESTÃO DE EMENDA À LDO - COMISSÕES Nº 1/14** - do Sr. João Dado - que "objetiva incluir Inciso III ao § 6º do Art. 91". O autor encaminhou a discussão. Usou da palavra para discutir a matéria o Deputado Pauderney Avelino. Em votação, foi **APROVADA UNANIMEMENTE A SUGESTÃO DE EMENDA. 2 - SUGESTÃO DE EMENDA À LDO - COMISSÕES Nº 2/14** - do Sr. João Dado - que



"objetiva incluir Parágrafo ao Art. 91". O autor encaminhou a discussão. Usaram da palavra para discutir a matéria os Deputados Miro Teixeira, Júlio Cesar, Luiz Carlos Hauly, Pauderney Avelino e Vaz de Lima. Em votação, foi **APROVADA A SUGESTÃO DE EMENDA, COM VOTO CONTRÁRIO DO DEPUTADO MIRO TEIXEIRA. 3 - SUGESTÃO DE EMENDA À LDO - COMISSÕES Nº 3/14** - do Sr. João Dado - que "objetiva modificar o Art. 13". O autor encaminhou a discussão. Usaram da palavra para discutir a matéria os Deputados Miro Teixeira, Luiz Carlos Hauly, Pauderney Avelino e Afonso Florence. Em votação, foi **APROVADA UNANIMEMENTE A SUGESTÃO DE EMENDA, COM ALTERAÇÃO. ALTERAÇÃO: PARA QUE SEJA APENSADA A ELA A SUGESTÃO Nº 4/14. 4 - SUGESTÃO DE EMENDA À LDO - COMISSÕES Nº 4/14** - do Sr. Nelson Marchezan Junior - que "objetiva modificar o Art. 13". **RELATOR:** a designar **PARECER:** a proferir. **APROVADA UNANIMEMENTE A SUGESTÃO DE EMENDA, COM ALTERAÇÃO. ALTERAÇÃO: ESTA SUGESTÃO DE EMENDA FOI APENSADA À SLD Nº 3/14. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou os trabalhos às doze horas, antes convocando reunião deliberativa extraordinária para quarta-feira, dia 29 de outubro, às doze horas e cinco minutos, no plenário 4 do Anexo II, para a apreciação de proposições. O inteiro teor da reunião foi gravado, passando o arquivo do áudio a integrar o acervo documental da presente reunião. E, para constar, eu *Márcio Feitoza* Aparecida de Moura Andrade, lavrei a presente Ata, que por ter sido lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, Deputado **MÁRIO FEITOZA**, e publicada no Diário da Câmara dos Deputados. xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx



RECIBO DE ENTREGA DE EMENDAS À LDO

EMENDA AO TEXTO

NÚMERO EMENDA	REFERÊNCIA	TIPO EMENDA
1	Artigo 2	Aditiva
2	Artigo 97	Aditiva
3	Artigo 88	Modificativa
4	Inciso VIII Alinea b	Modificativa
5	Artigo 113	Aditiva
6	Artigo 99	Aditiva
7	Artigo 111	Aditiva
8	Artigo 92 Parágrafo 3	Modificativa
9	Artigo 40 Parágrafo 3 Inciso III	Supressiva

Emendas Meta	0
Emendas Cancelamento	0
Emendas Texto	9
Total	9

AUTOR DA EMENDA

5031 - Comissão de Fiscalização Financeira e Controle - CFFC

Autor:

Credenciado:

Chave de Segurança: 52383

Lote: 7421

6466

**COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE**
54ª Legislatura – 4ª Sessão Legislativa Ordinária**ATA DA VIGÉSIMA-TERCEIRA REUNIÃO, ORDINÁRIA DELIBERATIVA,**
REALIZADA EM 16 DE JULHO DE 2014

Às onze horas e vinte e três minutos do dia dezesseis de julho de dois mil e catorze, reuniu-se a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle no Plenário 9 do Anexo II da Câmara dos Deputados, sob a presidência do deputado Hugo Motta. Registraram presença os deputados Hugo Motta (Presidente), João Arruda e Manuel Rosa Neca (Vice-Presidentes), Carlos Brandão, Edio Lopes, Edson Santos, Francisco Tenório, Nilton Capixaba, Simplício Araújo e Zequinha Marinho – titulares; Akira Otsubo, Carlos Magno, Edinho Bez, Renato Simões, Vanderlei Macris, Vaz de Lima, Wellington Roberto e Zoinho – suplentes. Deixaram de comparecer os titulares Alexandre Santos, Eduardo da Fonte, Felipe Bornier, João Pizzolatti, Luiz Fernando Machado, Marcio Junqueira, Sibá Machado e Vanderlei Siraque. **ABERTURA:** Havendo número regimental, o deputado Wellington Roberto assumiu momentaneamente a presidência, declarou abertos os trabalhos e colocou em apreciação as atas da décima-sexta, décima-sétima e vigésima-primeira reuniões, realizadas respectivamente em vinte e um de maio, vinte e dois de maio e quatro de junho passados, cuja leitura foi dispensada a pedido do deputado Renato Simões. Não houve discussão. Em votação, as atas foram aprovadas. **EXPEDIENTE:** Nos termos do art. 50, inciso II, do Regimento Interno, o Presidente informou que foram distribuídas cópias da lista dos expedientes recebidos pela Comissão no período de quatro de junho a quinze de julho de 2014, que passam a integrar esta ata, dispensando a leitura dos citados expedientes. Assumiu a presidência o deputado Hugo Motta e informou aos parlamentares, que após a reunião da Comissão, seria iniciada a reunião de instalação da Subcomissão Especial para Recuperação de Ativos Encontrados no Exterior. **ORDEM DO DIA: DELIBERAÇÃO SOBRE AS SUGESTÕES DE EMENDAS AO PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2015 (PLN 0003/2014) SLD Nº 1,** do deputado Hugo Motta, ao texto da Lei (art. 2º): “Acrescenta artigo para a adoção de planejamento estratégico pela Administração Pública e monitoramento dos riscos envolvidos nas ações necessárias para alcançar os objetivos e metas”. **SLD Nº 2,** do deputado Hugo Motta, ao texto da Lei (art. 97): “Acrescenta artigo para a unificação dos cadastros de obras custeadas com recursos da União”. **SLD Nº 3,** do deputado Hugo Motta, ao texto da Lei (art. 88): “Altera a redação do art. 88, vedando o reajuste do auxílio-alimentação ou refeição e assistência pré-escolar em percentual acima da variação do IPCA, nas situações que especifica”. **SLD Nº 4,** do deputado Hugo Motta, ao texto da Lei (Anexo II – Inciso VIII, b): “Dispõe sobre demonstrativos de desonerações tributárias no âmbito do PAC”. **SLD Nº 5,** do deputado Hugo Motta, ao texto da Lei (art. 113): “Inclui artigo definindo prazo para apreciação pelo Congresso das contas a serem prestadas pela Presidência da República”. **SLD Nº 6,** do deputado Hugo Motta, ao texto da Lei (art. 99): “Inclui artigo dispondo sobre custo de obras”. **SLD Nº 7,** do deputado Hugo Motta, ao texto da Lei (art. 111): “Inclui artigo que define prazo para remessa de relatórios de



CÂMARA DOS DEPUTADOS

gestão fiscal aos órgãos de controle, conforme Lei 10.028, de 2000". **SLD Nº 8**, do deputado Hugo Motta, ao texto da Lei, art. 92, § 3º; "Prevê definição de metas, indicadores e prazos de vigência para proposições que tratem de renúncias de receitas". **SLD Nº 9**, do deputado Hugo Motta, ao texto da Lei (art. 40, § 3º, III): "Suprime o inciso III do parágrafo 3º do art. 40, para permitir que o Legislativo e Judiciário e Ministério Público possam remanejar suas próprias dotações sem depender de decreto do Poder Executivo". O Presidente se absteve de fazer a defesa das sugestões emendas, já distribuídas aos Parlamentares. Não houve discussão. Em votação, as nove sugestões de emendas foram aprovadas em bloco. 1 – REQUERIMENTO Nº 633/14, do Sr. Mendonça Filho, que "requer sejam convidadas as Sras. Wasmália Bivar, Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Marcia Quintslr, Ex-Diretora de Pesquisa do mesmo IBGE, e Denise Britz do Nascimento Silva, Ex-Coordenadora-Geral da Escola Nacional de Ciências Estatísticas (Ence), a fim de prestarem esclarecimentos sobre eventual interferência política no referido Instituto". O Presidente retirou de pauta, de ofício, devido à ausência do Autor. 2 – REQUERIMENTO Nº 635/14, do Sr. Mendonça Filho, que "solicita realização de audiência pública para discutir eventuais interferências políticas no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE". O Presidente retirou de pauta, de ofício, devido à ausência do Autor. 3 – REQUERIMENTO Nº 658/14, do Sr. Anthony Garotinho, que "requer sejam convidadas a Presidente da Petrobrás, Sra. Maria das Graças Foster, a Diretora-Geral da ANP, Sra. Magda Chambriand, e um representante da Onip – Organização Nacional da Indústria do Petróleo, para prestar esclarecimentos acerca da aplicação do conceito de Conteúdo Local no setor de óleo e gás". O Presidente retirou de pauta, de ofício, devido à ausência do Autor. 4 – REQUERIMENTO Nº 659/14, do Sr. Mendonça Filho, que "requer seja convidado o Sr. José da Costa Carvalho Neto – Presidente da Eletrobras, a fim de prestar esclarecimentos a respeito de ingerência governamental na Eletrobras, levando a empresa a um prejuízo, desde o ano de 2012, da ordem de R\$ 13 bilhões". O Presidente retirou de pauta, de ofício, devido à ausência do Autor. 5 – REQUERIMENTO Nº 693/14, do Sr. Vanderlei Macris, que "requer a realização de audiência pública com a presença do Ouvidor-Geral da União da Controladoria-Geral da União (CGU), José Eduardo Romão, para discutir denúncias de contratação ilegal dos institutos de pesquisa Ibope Inteligência e Virtu Análise para realizar pesquisas sigilosas sobre "assuntos de interesse" do governo" O Presidente retirou de pauta, de ofício, devido à ausência do Autor. 6 – REQUERIMENTO Nº 697/14, dos Srs. Fernando Francischini e Simplício Araújo, que solicitam "sejam convidados para prestar esclarecimentos, em reunião de audiência pública nesta Comissão, o Sr. Milton Braga Durans, Assessor Especial da Casa Civil do Maranhão acerca de sua suposta ligação ao doleiro Alberto Youssef, preso pela Polícia Federal (PF), na Operação Lava-Jato e a senhora Anna Graziela Costa, Secretária Chefe da Casa Civil, do Estado do Maranhão, acerca das suspeitas de superfaturamento no Caso Constran". O Presidente retirou de pauta, de ofício, devido à ausência do Autor. 7 – REQUERIMENTO Nº 698/14, do Sr. Simplício Araújo, que solicita "uma visita técnica conjunta da CFFC e o Tribunal de Contas da União (TCU) destinada a acompanhar e fiscalizar as ações que estão sendo desenvolvidas no Plano de Urbanização para a Área de Intervenção do Projeto PAC Rio Anil, em São Luis (MA)". O Presidente retirou de pauta, de ofício, devido à ausência do Autor. 8 – REQUERIMENTO Nº 699/14, do



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Sr. Vaz de Lima, que "solicita a realização de reunião de audiência pública para que o Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, o Presidente da Comissão de Valores Mobiliários e o Presidente da companhia JBS S.A., prestem esclarecimentos a respeito da composição societária do grupo, que tem entre seus acionistas o BNDES e a Caixa Econômica Federal". O Autor defendeu a aprovação. Em discussão, o deputado Edson Santos manifestou-se pela rejeição do requerimento de audiência pública, sugerindo a transformação para pedido de informação. O Autor não aceitou a modificação e solicitou a retirada de pauta do requerimento, acatada pelo Presidente. 9 – REQUERIMENTO Nº 700/14, do Sr. Vanderlei Macris, que "requer audiência pública com o Sr. André Longo Araújo de Melo, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS); com representante da Federação Nacional de Saúde Suplementar (FenaSaúde); representante da Amil; representante do Bradesco Saúde; e representante do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), para discutir os reajustes abusivos de planos de saúde coletivos e o não oferecimento de planos individuais". O Presidente retirou de pauta, de ofício, devido à ausência do Autor 10 - REQUERIMENTO Nº 701/14, do Sr. Wellington Roberto, que "solicita do Sr. Ministro de Estado dos Transportes informações sobre a relação comercial entre a Valec e a empresa Pavotec – Pavimentação e Terraplanagem Ltda. – e a Construtora Ourivio S/A". O Autor defendeu a aprovação. Não houve discussão. Em votação, o requerimento foi aprovado. 11 – REQUERIMENTO Nº 702/14, do Sr. João Arruda, que "requer informações ao Ministro da Pesca e Aquicultura acerca dos convênios relativos às obras de construção e instalação de unidade de beneficiamento e abatedouro de peixe, construção de fábrica de farinha e ração, na rodovia PR-272, Km 37, Parque Industrial no município de Pinhalão (PR), e construção do Frigorífico do Peixe, em Cornélio Procópio (PR), objeto dos convênios SIAFI 770707/2012 e SIAFI 577881/2006, respectivamente" O Autor defendeu a aprovação. Não houve discussão. Em votação, o requerimento foi aprovado. 12 – REQUERIMENTO Nº 703/14, do Sr. Fernando Francischini, que "requer a realização de visita técnica de membros desta Comissão ao Ministério da Integração Nacional a fim de questionar o valor repassado pelo Governo Federal ao estado do Paraná em função dos fortes temporais". O Presidente retirou de pauta, de ofício, devido à ausência do Autor. 13. REQUERIMENTO Nº 704/14, do Sr. Fernando Francischini, que "requer que seja convocado o Exmo. Sr. Aldo Rebelo, Ministro de Estado do Esporte, e convidado o Sr. Orlando Silva, Ex-Ministro de Estado do Esporte, para que esclareçam as irregularidades constatadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) em contrato firmado entre o Ministério do Esporte e o Consórcio Copa 2014". O Presidente retirou de pauta, de ofício, devido à ausência do Autor. 14 – REQUERIMENTO Nº 705/14, dos Srs. João Arruda e Aníbal Gomes, que "encaminha solicitação à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle a respeito da situação decorrente de regulamentação, que impede liberação de recursos para equipar o Hospital Regional de Itapipoca/Ceará". O Autor defendeu a aprovação. Não houve discussão. Em votação, o requerimento foi aprovado. 15 – REQUERIMENTO Nº 706/14, do Sr. Carlos Brandão, que "requer encaminhamento de convite ao Presidente do BNDES para prestar esclarecimentos sobre operação firmada com o Estado do Maranhão" O Autor defendeu a aprovação. Em discussão, o deputado Edson Santos, manifestou-se contrariamente à aprovação na forma de convite ao Presidente do



CÂMARA DOS DEPUTADOS

BNDES, entrando em acordo com o Autor para a aprovação na forma de pedido de informação. Em votação, o requerimento foi aprovado com a alteração acordada. 16 – REQUERIMENTO Nº 707/14, dos Srs. Vanderlei Macris e Antonio Imbassahy, que "solicita seja convocado o Ministro-Chefe da Secretaria de Relações Institucionais, Sr. Ricardo Berzoini, para prestar esclarecimentos sobre a consulta formulada por servidor do Núcleo de Gestão da Informação da Secretaria à executiva do PMDB no Rio de Janeiro, com o fito de identificar os Prefeitos da agremiação que haviam participado de ato interno em apoio à candidatura do Senador Aécio Neves à Presidência da República e se o ato se enquadra nas atribuições da Secretaria que titulariza". O Presidente retirou de pauta, de ofício, devido à ausência do Autor. 17 – PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 116/13, do Sr. Alexandre Santos, que "requer que a Comissão de Fiscalização e Controle realize, com auxílio do Tribunal de Contas da União, ato de fiscalização e controle sobre a participação de recursos federais nas Parcerias Público Privada (PPP) de saneamento e abastecimento de água". Relator: deputado Mendonça Filho. Relatório prévio: pela implementação, na forma descrita no Plano de Execução e Metodologia de Avaliação desta PFC. O Presidente retirou de pauta, de ofício, devido à ausência do Relator. 18 – PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 129/13, do Sr. Glauber Braga, que "propõe à Comissão de Fiscalização e Controle, com auxílio do Tribunal de Contas da União realize ato de fiscalização e controle no processo da autorização e do reajuste nas tarifas de energia elétrica no Estado do Rio de Janeiro em 11-04-2013 e na cidade de Nova Friburgo no dia 17-06-2013, promovidos respectivamente pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e pela Ampla Energia e Serviços S.A". Relator: deputado Akira Otsubo. Relatório prévio: pela implementação. O Relator leu o seu relatório e defendeu a aprovação. Não houve discussão. Em votação, o relatório foi aprovado. 19 – PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 131/13, do Sr. Rubens Bueno, que "propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, com auxílio do Tribunal de Contas da União, realize uma fiscalização sobre a contratação, sem licitação, do Idecan pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa". Relator: deputado Irajá Abreu. Relatório prévio: pela aprovação. O Presidente retirou de pauta, de ofício, devido à ausência do Relator. 20 – PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 147/13, do Sr. Carlos Brandão, que "propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, realize ato de acompanhamento sobre a atuação operacional da Polícia Federal, do Ministério Público Federal e da Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda (Seae), em face das atividades denominadas Marketing Multi Nível, quando se evidencie a prática de pirâmide financeira (Lei nº 1.521/1951), sonegação fiscal e lavagem de capitais (Lei n. 4.729/1965, 9.613/1998 c/c 12.683/2012)". Relator: deputado Fernando Francischini. Relatório prévio: pela implementação. O Presidente retirou de pauta, de ofício, devido à ausência do Relator. 21 – PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 155/13, do Sr. Colbert Martins, que "requer que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle realize, com o auxílio do Tribunal de Contas da União (TCU), ato de fiscalização e controle visando verificar os procedimentos administrativos e financeiros, realizados pela Secretaria Estadual de saúde na Bahia. Com o objetivo de averiguar as denúncias do Ministério Público do Estado de que houve desvios de recursos públicos destinados para a saúde". Relator: deputado Akira Otsubo. Relatório prévio: pela implementação.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

O deputado Edson Santos solicitou vista do relatório, concedida pelo Presidente. 22 – PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 158/14, do Sr. Washington Reis, que "propõe que a Comissão de Fiscalização e Controle efetue ato de fiscalização e controle sobre a legalidade das taxas cobradas pelas operadoras de crédito na utilização do Cartão de Pagamento de Defesa Civil". Relator: deputado Francisco Tenório. Relatório prévio: pela implementação. O Presidente retirou de pauta, a pedido do Relator. 23 – PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 163/14, do Sr. João Arruda, que "propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, com o auxílio do Tribunal de Contas da União, da Controladoria Geral da União, da Receita Federal e da Polícia Federal, providencie a apuração do desvio de R\$ 10 bilhões e a transferência ilegal de dinheiro para o exterior realizado por uma rede de lavagem de dinheiro". Relator: deputado Fernando Francischini. Relatório prévio: pela implementação. O Presidente retirou de pauta, de ofício, devido à ausência do Relator. 24 – PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 167/14, do Sr. Mendonça Filho, que "propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC), fiscalize, com o auxílio do Tribunal de Contas da União, o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), especialmente no tocante a eventuais atrasos nos repasses às construtoras que dele participam". Relator: deputado Irajá Abreu. Relatório prévio: pela implementação. O Presidente retirou de pauta, de ofício, devido à ausência do Relator. 25 – REPRESENTAÇÃO Nº 33/08, do Instituto Americano das Culturas Indígenas do Brasil, que "apresenta denúncia contra o Programa Universidade para Todos (Prouni) e solicita ampla investigação dos fatos publicados em matéria do Jornal Correio Braziliense, na edição do dia 03 de agosto de 2008". Relator: deputado Vanderlei Macris. Parecer: pelo arquivamento. O Presidente retirou de pauta, de ofício, devido à ausência do Relator. 26 – REPRESENTAÇÃO Nº 8/11, dos vereadores Adelino Leal, Celso Zoppi, Divina Bertália e Marco Antônio Alves Jorge, que "solicita adoção das medidas necessárias para uma verificação rigorosa dos fatos e apuração de eventuais responsabilidades, obtendo os documentos oficiais dos órgãos envolvidos, realizando vistoria in loco para verificação do estado da obra, sua qualidade e êxito de finalidade, verificação das medições realizadas e a equivalência com o andamento real da obra, auditoria nos valores recebidos do financiamento e efetivamente despendidos pela Prefeitura ou, em caso de discrepância, a possível utilização indevida dos recursos carimbados especificamente para a obra para outras finalidades pela Prefeitura de Americana". Relator: deputado Sibá Machado. Parecer: pelo arquivamento. O Presidente retirou de pauta, de ofício, devido à ausência do Relator. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a reunião às doze horas e oito minutos. Para constar, eu, Sibá Machado, Luiz Paulo Pieri, Secretário, lavrei a presente ata, que, por ter sido lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, deputado Hugo Motta Hugo Motta, e publicada no Diário da Câmara dos Deputados. xxx

RELAÇÃO DOS DOCUMENTOS RECEBIDOS NA CFFC
NO PERÍODO DE 04/06/2014 a 15/07/2014

Lista a ser distribuída na reunião de 16/07/2014



CÂMARA DOS DEPUTADOS

RECEBIDO COMISSÃO	AUTOR DO DOCUMENTO	ASSUNTO
16/05/2014* Não constou de lista anterior	Deputado João Arruda	Of. nº 108/2014-GABDJA, justifica ausência do Deputado nas reuniões da Comissão em 16, 29 e 30 de abril, e 7 de maio.
04/06/14	Tribunal de Contas da União Min. Augusto Nardes Presidente TCU	Aviso n. 692-Seses-TCU-Plenário, que encaminha, para conhecimento, cópia do Acórdão n. 1204/2014-TCU-Plenário, proferido no âmbito do processo TC 029.358/2013-2, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam. Trata-se de relatório de acompanhamento, realizado em face da determinação prevista no Acórdão n. 2298/2010-TCU-Plenário, com o objetivo de acompanhara operação de crédito relativa às obras de construção da Arena Pantanal, formalizada entre o BNDES e o Estado do Mato Grosso, e se insere no esforço para realização da Copa do Mundo de Futebol 2014.
04/06/14	Deputado Marcio França	Of./A/PSB/124/14, justifica ausência nas reuniões de 10 de abril, 14, 20, 21, 27 e 28 de maio de 2014.
04/06/14	Tribunal de Contas da União Min. Aroldo Cedraz No exercício da Presidência	Aviso n. 525GP/TCU, que encaminha, para conhecimento, cópia do Acórdão n. 1398/2014, proferido no âmbito do processo TC 007.527/2014-4. Trata-se de solicitação do Congresso Nacional, formulada pelo presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados (CFFC), em que encaminha ao Tribunal a PFC 33/2011, requerendo a realização de fiscalização nas operações de crédito do Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) às empresas do Grupo JBS/Friboi.
04/06/14	Tribunal de Contas da União Min. Aroldo Cedraz No exercício da Presidência	Aviso n. 517-GP/TCU, que encaminha o Relatório das Atividades do TCU referente ao 1º trimestre do exercício de 2014.
05/06/2014	Deputado Simplício Araújo Solidariedade/MA	Ofício n. 038/2014, que apresenta escusa pelas faltas referentes aos dias 28/05 e 04/06/2014, pois estava em reunião partidária, na sede do Solidariedade, em Brasília.
06/06/14	Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio	Carta PRE-CA-272/14, de 29/05/14, informando a impossibilidade de comparecimento à reunião de mesa-redonda. REQ 636/14
06/06/14	Concessionária Rota dos Coqueiros S.A	Carta DIPRE 07/2014, de 02/06/14, informando a impossibilidade de comparecimento à reunião de mesa-redonda. REQ 636/14
09/06/2014	Tribunal de Contas da União Min. Aroldo Cedraz No exercício da Presidência	Aviso n. 758-Seses-TCU-Plenário, que encaminha, para conhecimento, cópia do Acórdão n. 1462/2014-TCU-Plenário, proferido no âmbito do processo TC 037.804/2012-0, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam. Trata-se de Monitoramento



CÂMARA DOS DEPUTADOS

		atuado pela Secretaria de Controle Externo em Mato Grosso do Sul – Secex/MS, para examinar o cumprimento das determinações constantes do subitem 9.2 do Acórdão 1642/2012, proferida em sessão plenária de 27/06/2012, pela qual foi apreciada Representação formulada pela Procuradoria da República em Mato Grosso do Sul, acerca da ausência de repasse pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura – FETAGRI/MS e pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG, da cota-parte da contribuição sindical devida ao Fundo Nacional de Amparo ao Trabalhador – FAT.
10/06/2014	Tribunal de Contas da União Min. Raimundo Carreiro Ministro-Ouvidor	Relatório Estatístico Anual de atendimento a pedidos de acesso à informação da Ouvidoria do TCU, contendo uma síntese das ações realizadas no ano de 2013.
11/06/2014	Tribunal de Contas da União Min. Augusto Nardes Presidente TCU	Aviso 720-Seses-TCU-Plenário, datado de 28/5/2014, que encaminha cópia em CD-Rom do Relatório e do Voto elaborados pelo Sr. Ministro Raimundo Carreiro sobre as Contas da Presidenta da República relativas ao exercício de 2013. Despacho da Presidência/SGM, em 9/6/2014: "Encaminhe-se à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle. Publique-se."
13/06/2014	Tribunal de Contas da União Min. Augusto Nardes Presidente TCU	Aviso n. 544-GP/TCU, que encaminha, para conhecimento, cópia do Acórdão n. 1378/2014, acompanhado da instrução da Unidade Técnica, ao apreciar o processo de Tomada de Contas Especial n. TC-020.982/2007-0. Trata-se de Tomada de Contas Especial referente à execução em 1999 e 2000 do PLANFOR/FAT no Estado do Espírito Santo.
1º/7/2014	Tribunal de Contas da União Min. Augusto Nardes Presidente TCU	Aviso n. 604-GP/TCU, que encaminha, para conhecimento, cópia do Acórdão n. 223/2014, acompanhado dos respectivos Relatório, Voto e instrução técnica, no âmbito do processo n. TC-019.393/2013-0. Trata-se de monitoramento para verificação do cumprimento das determinações e recomendações empreendidas mediante o Acórdão 614/2013-Plenário, relacionado a levantamento de auditoria para conhecer a organização e o funcionamento da estrutura de governança e operacionalização da segurança pública da Copa do Mundo FIFA de 2014. CARÁTER RESERVADO Referente à Subcomissão COPA 2014.
1º/7/2014	Tribunal de Contas da União Min. Augusto Nardes Presidente TCU	Aviso n. 803-Seses-TCU-Plenário, que encaminha, para conhecimento, cópia do Acórdão n. 1608/2014-TCU-Plenário, proferido no âmbito do processo TC 009.205/2013-6, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam. Trata-se de relatório que consolida o resultado das fiscalizações realizadas pelas unidades técnicas do TCU, que tiveram por objetivo verificar o estágio atual dos financiamentos



CÂMARA DOS DEPUTADOS

		federais e a situação das obras de construção e reforma de estádios, mobilidade urbana, portos e aeroportos previstas na Matriz de Responsabilidades da Copa, além da situação dos projetos e investimentos em telecomunicações, segurança pública e defesa para a Copa do Mundo de 2014.
1º/7/2017	Companhia Nacional de Abastecimento - Conab Rubens Rodrigues dos Santos Presidente	Ofício PRESI n. 348, em resposta ao Ofício n. 186/2014/CFFC-P, desta Comissão, que solicitou esclarecimentos sobre o desabastecimento relativo ao PROGRAMA DE VENDAS EM BALCÃO ESPECIAL (ÁREA DA SUDENE). Req 660/2014
3/7/2014	Tribunal de Contas da União Min. Aroldo Cedraz Presidente da 2ª Câmara	Aviso nº 77-Seses-TCU-2ª Câmara, datado de 24/6/2014, que encaminha, para conhecimento, cópia do Acórdão 2976/2014-TCU-2ª Câmara (TC 021.105/2007-1) acompanhado do Relatório e Proposta de Deliberação que o fundamentam, que tratam de tomada de contas especial – TCE – instaurada por determinação do Secretário-Executivo do Ministério do Trabalho e Emprego em face de denúncia de possível malversação de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT – repassados ao Estado do Espírito Santo, por meio do Convênio TEM/Sefor/Codefat nº 25/99, relativamente aos exercícios de 1999 e 2000. Referente à PFC 59/2001 e à Subcomissão Especial do FAT/Planfor - CFFC.
3/7/2014	Tribunal de Contas da União Min. Augusto Nardes Presidente TCU	Aviso nº 833-Seses-TCU-Plenário, datado de 25/6/2014, que encaminha, para conhecimento, cópia do Acórdão 1662/2014-TCU-Plenário (TC 004.185/2014-5), acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, que tratam de acompanhamento realizado em cumprimento ao subitem 9.14 do Acórdão 2596/2013-TCU-Plenário, cujo objetivo primordial foi aferir o nível de aderência da Matriz de Responsabilidades, publicada em 28/1/2014, pela Autoridade Pública Olímpica (APO), à Lei 12.396/2011, e identificar riscos à realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016. Referente à Subcomissão da Copa 2014 e Olimpíadas de 2016.
3/7/2014	1ª Secretaria CD Dep. Márcio Bittar Primeiro-Secretário	Ofício 1ªSec/RI/nº 698/14 da Primeira Secretaria, com cópia do Aviso n. 164/2014/GM-MME, do Ministério de Minas e Energia, solicitando prazo para resposta ao Requerimento de Informação n. 4122/2014, de autoria desta Comissão. REQ nº 610/2014
3/7/2014	1ª Secretaria CD Dep. Márcio Bittar Primeiro-Secretário	Ofício 1ªSec/RI/nº 699/14 da Primeira Secretaria, com cópia do Aviso n. 163/2014/GM-MME, do Ministério de Minas e Energia, solicitando prazo para resposta ao Requerimento de Informação n. 4124/2014, de autoria desta Comissão. REQ nº 623/2014



CÂMARA DOS DEPUTADOS

3/7/2014	Tribunal de Contas da União Min. Augusto Nardes Presidente TCU	Aviso n. 618-GP/TCU, que encaminha, para conhecimento e em atendimento ao disposto no Acórdão 268/2014-Plenário, cópia do Acórdão n. 1735/2014, nos autos do processo n. TC-011.514/2010-8. Trata-se de relatório de auditoria realizada nas obras de conservação e restauração da BR-452/GO, no trecho entre Rio Verde e Itumbiara, em Goiás, objeto do PT 26.782.1461.205U.0052. PFC 36/2011.
7/7/2014	1ª Secretaria CD Dep. Márcio Bittar Primeiro-Secretário	Ofício 1ªSec/RI/nº 720/14 da Primeira Secretaria, com cópia do Aviso n. 217/MF, do Ministério da Fazenda, em resposta ao Requerimento de Informação nº 4241/2014, que solicitou informações sobre empréstimo de R\$ 11,2 bilhões a ser concedido às distribuidoras de energia elétrica, tendo como interveniente a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. REQ nº 646 e 652/2014
8/7/2014	Tribunal de Contas da União Min. Augusto Nardes Presidente TCU	Aviso n. 632-GP/TCU, que encaminha, para conhecimento, cópia do Acórdão n. 1483/2014, acompanhado da Instrução da Unidade Técnica, nos autos do processo de Representação n. TC-005.050/2014-6. Trata-se de processo de acompanhamento atuado em cumprimento à determinação constante do item 9.1 do Acórdão 299/2014-TCU-Plenário e com a finalidade de acompanhar o andamento dos projetos da Telebras para a Copa do Mundo de 2014. Referente à Subcomissão COPA 2014.
8/7/2014	Tribunal de Contas da União Min. Augusto Nardes Presidente TCU	Aviso n. 626-GP/TCU, que encaminha, para conhecimento, cópia do Acórdão n. 1484/2014, acompanhado da Instrução da Unidade Técnica, nos autos do processo de Acompanhamento n. TC-005.093/2014-7. Trata-se de processo de acompanhamento das ações relacionadas ao suprimento de energia elétrica para a Copa do Mundo FIFA 2014, identificadas no relatório de levantamento de auditoria operacional (TC 012.906/2013-1), aprovado pelo Acórdão 380/2014-TCU-Plenário. Referente à Subcomissão COPA 2014.
8/7/2014	Tribunal de Contas da União Min. Augusto Nardes Presidente TCU	Aviso n. 623-GP/TCU, que encaminha, para conhecimento, cópia do Acórdão n. 1485/2014, acompanhado da Instrução da Unidade Técnica, nos autos do processo de Acompanhamento n. TC-008.851/2013-1. Trata-se de processo de acompanhamento, constituído em atendimento ao item 9.5 do Acórdão 136/2013-TCU-Plenário e com a finalidade de verificar o cumprimento das determinações e das recomendações exaradas no referido Acórdão e o andamento das ações da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) referentes à Copa do Mundo de 2014. Referente à Subcomissão COPA 2014.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

9/7/2014	Governo do Distrito Federal Elias Fernando Miziara Secretário de Estado de Saúde	Ofício nº 1989/2014-GAB/SES, datado de 8/7/2014, que encaminha pronunciamento da Diretora Presidente da Fundação Hemocentro de Brasília-FHB a respeito do questionamento sobre o tratamento de hemofilia no Distrito Federal, em atendimento ao Ofício 100/2014/CFFC-P. REQ 612/2014.
7/7/2014	1ª Secretaria CD Dep. Márcio Bittar Primeiro-Secretário	Ofício 1ªSec/RI/nº 723/14 da Primeira Secretaria, com cópia do Ofício n. 16604/2014/GM/CGU-PR, da Controladoria-Geral da União, em resposta ao Requerimento de Informação nº 4242/2014, que solicitou informações sobre os contratos firmados no período de 31 de março de 1198 a 7 de maio de 2014 entre o Ministério da Saúde e a empresa Indústria e Comércio de Medicamentos Labogen S.A. REQ nº 650/2014
8/7/2014	Tribunal de Contas da União Min. Augusto Nardes Presidente TCU	Aviso nº 630-GP/TCU, que encaminha, para conhecimento, cópia do Acórdão 1546/2014, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, nos autos do processo n. TC-009.174/2012-5, ao apreciar o Pedido de Reexame interposto pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS contra o Acórdão n. 2879/2012-TCU-Plenário, prolatado em razão de monitoramento das determinações e recomendações contidas no Acórdão n. 502/2009-TCU-Plenário.
14/07/2014	1ª Secretaria CD Dep. Márcio Bittar Primeiro-Secretário	Ofício 1ªSec/RI/nº 736/14 da Primeira Secretaria, com cópia do Ofício n. 338/2014/GM-MAPA do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em resposta ao Requerimento de Informação nº 4257/2014, que solicitou informações sobre o desabastecimento relativo ao PROGRAMA DE VENDAS EM BALCÃO ESPECIAL (ÁREA DA SUDENE). REQ nº 660/2014
14/07/2014	1ª Secretaria CD Dep. Márcio Bittar Primeiro-Secretário	Ofício 1ªSec/RI/nº 742/14 da Primeira Secretaria, com cópia do Aviso n. 192/2014/GM-MME do Ministério de Minas e Energia, em resposta ao Requerimento de Informação nº 4240/2014, que solicitou informações sobre as relações comerciais entre a Petrobrás e as empresas Constran S/A Construções e Comércio e UTC Engenharia S/A, assim como sobre todos os contratos firmados entre o Ministério de Minas e Energia e aquelas empresas, e, ainda, esclarecimentos sobre empréstimo de R\$ 11,2 bilhões a ser concedido às distribuidoras de energia elétrica, tendo como interveniente a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE. REQs nºs 645-646-652/2014



RECIBO DE ENTREGA DE EMENDAS À LDO

EMENDA DE META

NÚMERO EMENDA	CÓDIGO AÇÃO	DESCRIÇÃO AÇÃO	QUANTIDADE META
1	2D47	Apoio a Medidas de Moderação de Tráfego	1

EMENDA AO TEXTO

NÚMERO EMENDA	REFERÊNCIA	TIPO EMENDA
2	Artigo 84	Aditiva

Emendas Meta	1
Emendas Cancelamento	0
Emendas Texto	1
Total	2

AUTOR DA EMENDA

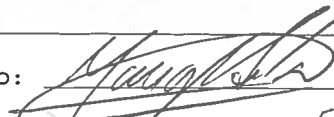
5034 - Comissão de Legislação Participativa - CLP

Autor:

Chave de Segurança: 75658

Credenciado:

Lote: 7488


5738



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
54ª Legislatura - 4ª Sessão Legislativa Ordinária


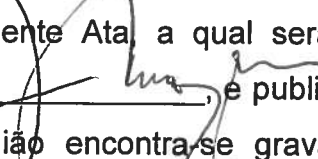
ATA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA,
REALIZADA EM 19 DE NOVEMBRO 2014.

Às quinze horas e trinta e cinco minutos do dia dezoito de novembro de dois mil e quatorze, reuniu-se a Comissão de Legislação Participativa, no Anexo II, Plenário 3 da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senhores Deputados Zequinha Marinho – Presidente; Erivelton Santana – Vice-Presidente; Arnaldo Jordy, Bruna Furlan, Lincoln Portela, Paulo Pimenta – titulares; e Chico Alencar, Domingos Dutra, Erika Kokay e Nilmário Miranda – suplentes. Compareceram também os Deputados Dr. Grilo e Jose Stédile, como não-membros. Deixaram de comparecer os Deputados Bonifácio de Andrada, Eudes Xavier, Fernando Ferro, Janete Capiberibe, José Augusto Maia, Leonardo Monteiro, Luiza Erundina, Waldir Maranhão e Walney Rocha.

ABERTURA: Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos e colocou em votação as Atas 19ª e 20ª reuniões, que tendo as leituras dispensadas, a pedido do Deputado Erivelton Santana, foram aprovadas sem observações.

EXPEDIENTE: O Sr. Presidente comunicou que o Deputado Dr. Grilo, conforme Ofício oriundo da Secretária-Geral da Mesa e protocolado na Secretaria da Comissão, havia deixado de compor a Comissão; que a Deputada Bruna Furlan, conforme Ofício expedido por seu Gabinete, justificou ausência às reuniões ocorridas nos dias 29 de maio, 6 de agosto e 11 de novembro; e que foi feita designação de relatoria no último dia doze do corrente mês, a qual se encontrava disponível na Secretaria da Comissão. O Sr. Presidente, em cumprimento ao Art. 43 do Regimento Interno, convidou o Deputado Erivelton Santana para assumir a direção dos trabalhos. Na direção dos trabalhos, o Deputado Erivelton Santana passou, de imediato, à apreciação das matérias constantes da pauta.

ORDEM DO DIA: A – SUGESTÕES: 1) - SUGESTÃO DE EMENDA À LDO - CLP Nº 1/14 - do Sindsep-DF - Coordenação da Seção Sindical de Base INCRA/DF/Sede - que "sugere emenda ao Projeto de Lei nº 3/14-CN, para tratar da reestruturação do Plano de Carreira e a revisão da remuneração dos cargos do quadro de pessoal do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA", com a seguinte ementa: **Autoriza a reestruturação do**

Plano de Carreira e a revisão da remuneração dos Cargos do quadro de pessoal do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. Tipo de Emenda: Aditiva; Referência: corpo da lei, artigo 84. Relator: Deputado Zequinha Marinho. Parecer: pela aprovação. O Deputado Zequinha Marinho, no uso da palavra, proferiu a leitura do parecer. Concluída a leitura e não havendo quem quisesse discutir a matéria, o Deputado Erivelton Santana, no exercício da Presidência, colocou em votação o parecer do relator, **que foi aprovado por unanimidade. 2) - **SUGESTÃO DE EMENDA À LDO - CLP Nº 2/14** – da Associação Socioambiental “Carona Legal” - que “sugere emenda ao Projeto de Lei nº 3/14-CN, para viabilizar ações concretas de implantação, operacionalização e divulgação do Sistema de Carona Legal – Transporte Solidário a nível nacional – SISCARLEGABR, com a seguinte ementa: **Inclua-se na programação do Ministério das Cidades a criação do Sistema de Carona Legal - SISCARLEG BR. Tipo de Emenda: Inclusão de Meta. Programa: 2048 Mobilidade Urbana e Trânsito. Ação: 2D47 Apoio a Medidas de Moderação de Tráfego; Produto (unidade de medida): Projeto apoiado (unidade). Acréscimo de Meta: 1.** Relator: Deputado Zequinha Marinho. Parecer: pela aprovação. O Deputado Zequinha Marinho, no uso da palavra, proferiu a leitura do parecer. Concluída a leitura e não havendo quem quisesse discutir a matéria, o Deputado Erivelton Santana, no exercício da Presidência, colocou em votação o parecer do relator, **que foi aprovado por unanimidade.** Finalizada a apreciação das matérias constantes da pauta, o Deputado Erivelton Santana, no exercício da Presidência, colocou em votação a Ata da Presente, que, tendo a leitura dispensada a pedido do Deputado Zequinha Marinho, foi aprovada sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Deputado Erivelton Santana fez os avisos finais e, às quinze horas e cinquenta e sete minutos, declarou encerrados os trabalhos e, para constar, eu  Claudio Ribeiro Paes, Secretário, lavrei a presente Ata, a qual será assinada pelo Presidente, Deputado Zequinha Marinho , e publicada no Diário da Câmara dos Deputados. O inteiro teor da reunião encontra-se gravado, passando o arquivo de áudio a integrar o acervo documental da Comissão.xxxxxxxxxxxxxx.**



RECIBO DE ENTREGA DE EMENDAS À LDO

EMENDA DE META

NÚMERO EMENDA	CÓDIGO AÇÃO	DESCRIÇÃO AÇÃO	QUANTIDADE META
1	2510	Ensino Profissional Marítimo	10.000
2	14T4	Aquisição de Blindados Guarani	16
3	20I5	Serviços Consulares e de Assistência a Brasileiros no Exterior	2.500.000

EMENDA AO TEXTO

NÚMERO EMENDA	REFERÊNCIA	TIPO EMENDA
4	Item 62	Aditiva
5	Item 62	Aditiva
6	Item 62	Aditiva
7	Item 62	Aditiva
8	Item 62	Aditiva
9	Artigo 77 Parágrafo 9	Aditiva

Emendas Meta	3
Emendas Cancelamento	0
Emendas Texto	6
Total	9

AUTOR DA EMENDA

5020 - Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional - CREDN

Autor: Barbosa, Eduardo Barbosa

Credenciado: [Assinatura] P-6915

Chave de Segurança: 11872

Lote: 7395



COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL
54ª Legislatura - 4ª Sessão Legislativa Ordinária

ATA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA
REALIZADA EM 2 DE JULHO DE 2014

Às dez horas e cinquenta e seis minutos do dia dois de julho de dois mil e quatorze, reuniu-se a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, no Anexo II, Plenário 03 da Câmara dos Deputados, sob a presidência do Deputado Eduardo Barbosa – **Presidente**; Hugo Napoleão e Alfredo Sirkis – **Vice-Presidentes**; Antonio Carlos Mendes Thame, Carlos Zarattini, César Halum, Claudio Cajado, Emanuel Fernandes, Henrique Fontana, Íris de Araújo, Janete Rocha Pietá, José Chaves, Marco Maia, Nelson Marquezelli, Roberto de Lucena e Vieira da Cunha – **Titulares**; Alexandre Leite, Cida Borghetti, Devanir Ribeiro, Dr. Grilo, Dr. Rosinha, Izalci, Jair Bolsonaro, João Ananias, Luiz Carlos Haully, Rubens Bueno, Stefano Aguiar e Vanderlei Siraque – **Suplentes**. Deixaram de registrar suas presenças os Deputados Almeida Lima, André Zacharow, Aracely de Paula, Carlos Alberto Leréia, Carlos Sampaio, Duarte Nogueira, George Hilton, Ivan Valente, Jaqueline Roriz, Jefferson Campos, João Dado, Josias Gomes, Major Fábio, Perpétua Almeida, Raul Lima e Urzeni Rocha. **ABERTURA:** Havendo número regimental, o Presidente declarou abertos os trabalhos e colocou em apreciação as Atas da 20ª Reunião Ordinária de Audiência Pública, realizada em 03 de junho de 2014; da 21ª Reunião Ordinária Deliberativa, realizada em 04 de junho de 2014; da 22ª Reunião Extraordinária de Audiência Pública, realizada em 04 de junho de 2014, cuja leitura foi dispensada, a requerimento do Deputado Emanuel Fernandes, considerando que as Atas encontravam-se disponíveis no sistema Pauta Eletrônica. Em votação, as Atas foram aprovadas. **EXPEDIENTE:** Em seguida, o Presidente fez as seguintes comunicações: 1) Nos termos do artigo 29, inciso II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, comunicou que a

Subcomissão Especial para Acompanhar as Atividades da Conferência das Partes sobre Mudanças Climáticas - COP-20, a realizar-se em Lima, no Peru, entre os dias 1º a 12 de dezembro de 2014, criada pelo Requerimento nº 417, de 2014, de autoria do Deputado Alfredo Sirkis, pelo princípio da proporcionalidade partidária, seria composta por oito membros titulares e oito membros suplentes, declarando-a constituída e solicitando a manifestação junto à Secretaria da Comissão dos Deputados interessados em participar nela. 2) Na mesma linha e nos termos do artigo 29, inciso II, do Regimento Interno, comunicou aos membros que a Subcomissão Especial para Acompanhar o Acordo Mercosul– União Europeia, criada pelo Requerimento nº 440, de 2014, de autoria do Deputado Dr. Rosinha, pelo princípio da proporcionalidade partidária, seria composta por oito membros titulares e oito membros suplentes. Até aquele momento, os Deputados George Hilton (PR/MG) e Nelson Pellegrino (PT/SP) haviam manifestado interesse em integrar a Subcomissão. Aqueles que desejassem integrá-la deveriam contatar a Secretaria da Comissão. Declarou constituída a Subcomissão Especial para Acompanhar o Acordo Mercosul–União Europeia. 3) Registrou que fora agraciado pelo Ministério da Defesa com a Medalha da Ordem do Mérito da Defesa, homenagem criada para destacar personalidades brasileiras ou estrangeiras que prestam relevantes serviços às Forças Armadas. Destacou que, além do seu nome, também o Deputado Nelson Pellegrino, ex-Presidente e membro da Comissão, e o Secretário-Executivo da Comissão, Senhor Edilson Holanda, também foram agraciados com a honraria. 4) Destacou que, no dia 10 de junho, o Ministério da Defesa celebrou quinze anos de sua fundação. Desde aquele momento, importantes trabalhos e ações tinham sido desenvolvidos por aquele órgão, em prol do fortalecimento das Forças Armadas brasileiras, da salvaguarda da soberania do País, além de inúmeras ações voltadas à cidadania, notadamente das populações localizadas nas mais longínquas regiões do território nacional, onde antes o Estado praticamente não chegava. Em nome do Colegiado, parabenizava o Ministério da Defesa pelos relevantes trabalhos que tinha prestado ao País. 5) Informou que a Deputada Perpétua Almeida solicitava a inclusão dos nomes dos Senhores Fernando Camargo – Diretor de Investimentos da LCA Consultores e José Augusto de Castro – Presidente da Associação de Comércio Brasil Exterior, no rol de convidados do Requerimento

nº 442, de 2014, de autoria do Deputado Cláudio Cajado, já aprovado na Comissão, que requeria a realização de audiência pública para debater sobre a exportação de serviços de engenharia do Brasil. Não havendo objeção por parte do Colegiado, ficavam, então, acrescidos ao rol de convidados do Requerimento nº 442, de 2014, os nomes indicados. **ORDEM DO DIA: A – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS SUGESTÕES DE EMENDAS A SEREM APRESENTADAS AO PLDO-2015 (PROJETO DE LEI Nº 3/2014-CN):**

1. SUGESTÃO DE EMENDA Nº 03/14 À LDO – EMENDA DE INCLUSÃO DE METAS – Marinha do Brasil – do Senhor Eduardo Barbosa – “Incluir no Anexo de Prioridades e Metas do Governo Federal, que trata das Despesas consideradas prioritárias para o Estado brasileiro, conforme o Art. 165º, § 2º, da Constituição Federal: 1 – Ação: 2510. Meta: 10.000. Ensino Profissional Marítimo Nacional.” Em votação, foi aprovada a Sugestão de Emenda nº 3/14.

2. SUGESTÃO DE EMENDA Nº 04/14 À LDO – EMENDA DE INCLUSÃO DE METAS – Exército Brasileiro – do Senhor Eduardo Barbosa. “Inserir no Anexo de Metas e Prioridades do PLDO 2015: Programa: Política Nacional de Defesa - Aquisição de Blindados Guarani. Ação: 14T4. Produto / Unidade de medida: Viatura adquirida / unidade - Meta: 16. Em votação, foi aprovada a Sugestão de Emenda nº 4/14.

3. SUGESTÃO DE EMENDA Nº 01/14 À LDO – EMENDA DE INCLUSÃO DE METAS – do Senhor Eduardo Barbosa. Órgão: 35000 – Ministério das Relações Exteriores. Unidade: 35101. Programática: 2057 – Política Externa. 2057.2015. Ação: 2015. Meta: 2.500.000 – Serviços Consulares de Assistência a Brasileiros no Exterior. Em votação, foi aprovada a Sugestão de Emenda nº 1/14.

4. SUGESTÃO DE EMENDA Nº 02/14 À LDO – INCLUSÃO DE EMENDA AO ANEXO III – item 62 (DESPESAS QUE NÃO SERÃO OBJETO DE LIMITAÇÃO DE EMPENHO, NOS TERMOS DO ART. 9º, § 2º, DA LRF, POR CONSTITUÍREM OBRIGAÇÕES CONSTITUCIONAIS OU LEGAIS DA UNIÃO) – Ministério das Relações Exteriores – do Senhor Eduardo Barbosa. Inclusão do Item 63. Serviços Consulares e de Assistência a Brasileiros no Exterior, executadas no âmbito do Ministério das Relações Exteriores. Em votação, foi aprovada a Sugestão de Emenda nº 2/14.

5. SUGESTÃO DE EMENDA Nº 05/14 À LDO – INCLUSÃO DE EMENDA AO ANEXO III – item 62 (DESPESAS QUE NÃO SERÃO OBJETO DE LIMITAÇÃO DE EMPENHO, NOS TERMOS DO ART. 9º, § 2º, DA LRF, POR CONSTITUÍREM OBRIGAÇÕES CONSTITUCIONAIS OU LEGAIS DA UNIÃO)

– Exército Brasileiro – do Senhor Eduardo Barbosa: Inclusão: “Participação Brasileira em Missões de Paz (Decreto Legislativo nº 207 de 19 de maio de 2004, Decreto Legislativo nº 189, de 15 julho de 2008, Decreto Legislativo nº 75, de 25 janeiro de 2010).” Em votação, foi aprovada a Sugestão de Emenda nº 5/14.

6. SUGESTÃO DE EMENDA Nº 06/14 À LDO – do Senhor Eduardo Barbosa – INCLUSÃO DE EMENDA AO ANEXO III – item 62 (DESPESAS QUE NÃO SERÃO OBJETO DE LIMITAÇÃO DE EMPENHO, NOS TERMOS DO ART. 9º, § 2º, DA LRF, POR CONSTITUÍREM OBRIGAÇÕES CONSTITUCIONAIS OU LEGAIS DA UNIÃO) – Exército Brasileiro: Inclusão: “Despesas com as Atividades do Programa Calha Norte.” Em votação, foi aprovada a Sugestão de Emenda nº 6/14.

7. SUGESTÃO DE EMENDA Nº 07/14 À LDO – EMENDA DE INCLUSÃO AO ANEXO III – item 62 (DESPESAS QUE NÃO SERÃO OBJETO DE LIMITAÇÃO DE EMPENHO, NOS TERMOS DO ART. 9º, § 2º, DA LRF, POR CONSTITUÍREM OBRIGAÇÕES CONSTITUCIONAIS OU LEGAIS DA UNIÃO) – Exército Brasileiro – do Senhor Eduardo Barbosa: Inclusão: “Despesas com Munição de Emprego Militar Terrestre”. Em votação, foi aprovada a Sugestão de Emenda nº 7/14. Em seguida, o Presidente facultou a palavra ao Deputado Emanuel Fernandes.

8. SUGESTÃO DE EMENDA Nº 08/14 À LDO – EMENDA DE INCLUSÃO AO ANEXO III – item 62 (DESPESAS QUE NÃO SERÃO OBJETO DE LIMITAÇÃO DE EMPENHO, NOS TERMOS DO ART. 9º, § 2º, DA LRF, POR CONSTITUÍREM OBRIGAÇÕES CONSTITUCIONAIS OU LEGAIS DA UNIÃO) – Exército Brasileiro – do Senhor Eduardo Barbosa: Inclusão: “Despesas com Parcerias Público-Privadas.” Em votação, foi aprovada a Sugestão de Emenda nº 8/14.

9. SUGESTÃO DE EMENDA Nº 09/14 À LDO – EMENDA DE TEXTO AO CAPÍTULO VI, SEÇÃO I, ARTIGO 77 – Ministério da Defesa – do Senhor Izalci. Inserir: “§ 10º Fica autorizada a inclusão de dotação específica, visando a liquidação dos passivos relativos à extensão administrativa de 28,86 % aos militares das Forças Armadas, de acordo com a decisão do STF assentada no julgamento do Recurso Extraordinário Nº 410.778-3/RS e na Súmula Nº 47, da AGU, de 23 de setembro de 2009, observada a limitação temporal decorrente da Medida Provisória Nº 2.131/2000.” Discutiu a proposição o Deputado Jair Bolsonaro. Em votação, foi aprovada a Sugestão de Emenda nº 9/14.

B - Requerimentos: 10 - REQUERIMENTO Nº 443/14 - do Sr. Luiz Carlos Hauly -

que "requer que sejam convocados o Exmo. Sr. José Eduardo Cardoso, Ministro de Estado de Justiça, e o Exmo. Sr. Luiz Alberto Figueiredo Machado, Ministro de Estado de Relações Exteriores, a fim de prestarem esclarecimentos acerca da concessão de refúgio aos paraguaios Juan Arrom, Anuncio Martí e Victor Colmán". Retirado de pauta. **11 - REQUERIMENTO Nº 445/14** - do Sr. Luiz Carlos Haully - que "submete a aprovação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional requerimento para solicitação à Presidência da Câmara dos Deputados reexame do despacho exarado ao Requerimento nº 10.311, de 2014". Discutiu a matéria o Deputado Emanuel Fernandes. Em votação, foi aprovado o Requerimento. O Presidente facultou a palavra aos Deputados Dr. Rosinha, Emanuel Fernandes e Claudio Cajado. **12 - REQUERIMENTO Nº 446/14** - do Sr. Alfredo Sirkis - que "requer a participação, como observadores, dos membros desta comissão na 6ª Cúpula dos BRICS, que acontecerá no dia 15 e 16 de julho, em Fortaleza e Brasília". Em votação, foi aprovado o Requerimento, com a observação de que a missão oficial será realizada com ônus para a Câmara dos Deputados. **13 - REQUERIMENTO Nº 447/14** - do Sr. Alfredo Sirkis - que "requer a participação dos membros desta comissão no Big Data Climate Challenge, que será realizado no dia 23 de setembro de 2014, na sede da ONU em Nova York e visa mostrar os impactos reais da mudança climática, revelando tanto as implicações econômicas de impacto climático quanto às oportunidades para gerenciar os riscos climáticos". Em votação, foi aprovado o Requerimento, com a observação de que a missão oficial será realizada com ônus para a Câmara dos Deputados. **ENCERRAMENTO:** Considerando a necessidade de aprovação da ata da reunião para subsequente envio, juntamente com as emendas ao PLDO-2015, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, o Deputado Eduardo Barbosa suspendeu os trabalhos por três minutos para a elaboração da ata. Elaborada a ata, sua leitura foi dispensada, considerando que o seu conteúdo encontrava-se disponível no sistema Pauta Eletrônica. Em votação, a ata foi aprovada. Nada mais havendo a tratar, o Deputado Eduardo Barbosa encerrou a reunião às onze horas e trinta e seis minutos, antes convocando os senhores membros para as seguintes reuniões, que seriam realizadas na próxima quarta-feira, dia 09 de julho, naquele Plenário: 1) reunião ordinária deliberativa, para discussão e votação das proposições que fossem entregues pelos relatores e/ou autores (art.



RECIBO DE ENTREGA DE EMENDAS À LDO

EMENDA DE META

NÚMERO EMENDA	CÓDIGO AÇÃO	DESCRIÇÃO AÇÃO	QUANTIDADE META
1	20YT	Fomento e Fortalecimento de Empreendimento Econômicos Solidários e suas Redes de Cooperação	20.000
2	20Z1	Qualificação Social e Profissional de Trabalhadores	5.000.000
3	2A95	Elevação da Escolaridade e Qualificação Profissional - ProJovem	500.000

Emendas Meta	3
Emendas Cancelamento	0
Emendas Texto	0
Total	3

AUTOR DA EMENDA

5022 - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público - CTASP

Autor: _____

Credenciado: _____

Chave de Segurança: 78994

Lote: 7460

[Handwritten signature]
4/905



**ATA DA 26ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA (DELIBERATIVA)
REALIZADA EM 19 DE NOVEMBRO DE 2014.**

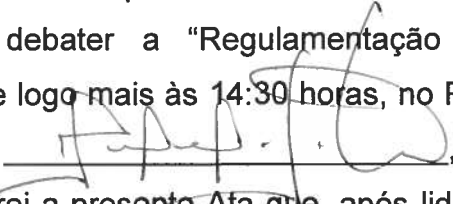
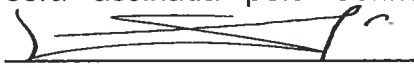
Às onze horas e cinquenta e um minutos do dia 19 de novembro de dois mil e quatorze, reuniu-se a Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, no Plenário nº 12 do Anexo II da Câmara dos Deputados, sob a presidência do Deputado Luiz Fernando Faria – Presidente. Compareceram os Deputados: Gorete Pereira e Sandro Mabel - Vice-Presidentes; André Figueiredo, Assis Melo, Daniel Almeida, Erivelton Santana, Francisco Chagas, Jorge Côrte Real, Luciano Castro, Luiz Carlos Busato, Manuela D’ávila, Nelson Pellegrino, Policarpo, Roberto Santiago, Silvio Costa e Walney Rocha – **titulares**; Alex Canziani, Chico das Verduras, Chico Lopes, João Campos, Leonardo Quintão, Roberto Balestra e Sebastião Bala Rocha – **suplentes**. Compareceu também o Deputado Félix Mendonça Júnior - **não membro**.

ABERTURA: Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos e passou a Presidência ao Deputado Roberto Santiago.

ORDEM DO DIA: 1) Discussão e votação das emendas a serem oferecidas pela Comissão ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentária para o ano de 2015 (PL nº 03/2014-CN: a) Ementa: Economia Solidária. **Programa:** Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária. **Ação:** Fomento e Fortalecimento de Empreendimentos Econômicos Solidários e suas Redes de Cooperação. **Acréscimo de Meta:** 20.000 unidades (Empreendimentos apoiados). **Em votação, a emenda foi aprovada. b) Ementa:** Plano Nacional de Qualificação dos Trabalhadores, PlanSeQs, **Programa:** Trabalho, Emprego e Renda. **Ação:** Qualificação Social e Profissional de Trabalhadores. **Acréscimo de Meta:** 5.000.000 unidades (trabalhadores qualificados). **Em votação, a emenda foi aprovada. c) Ementa:** ProJovem - CTASP. **Programa:** Autonomia e Emancipação da Juventude. **Ação:** Elevação da Escolaridade e Qualificação Profissional – ProJovem. **Acréscimo de Meta:** 500.000 unidades (Jovens beneficiados). **Em**



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO
PÚBLICO 54ª Legislatura - 4ª Sessão Legislativa Ordinária

votação, a emenda foi aprovada. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião às onze horas e cinquenta e quatro minutos, antes, porém, convocou os Senhores Deputados, membros desta Comissão, para Audiência Pública para debater a "Regulamentação da Emenda Constitucional 79/14, a realizar-se logo mais às 14:30 horas, no Plenário 14 do Anexo II. E, para constar, eu, , José Mauro Meira Magalhães, Secretário, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Deputado Luiz Fernando Faria, , e publicada no Diário da Câmara dos Deputados. O inteiro teor da reunião encontra-se gravado, passando o arquivo de áudio a integrar o acervo documental da Comissão.



RECIBO DE ENTREGA DE EMENDAS À LDO

EMENDA DE META

NÚMERO EMENDA	CÓDIGO AÇÃO	DESCRIÇÃO AÇÃO	QUANTIDADE META
1	10V0	Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística	2.000
2	20Y3	Promoção e Marketing do Turismo no Mercado Nacional	2.000
3	20Y5	Promoção Turística do Brasil no Exterior	500

Emendas Meta	3
Emendas Cancelamento	0
Emendas Texto	0
Total	3

AUTOR DA EMENDA

5007 - Comissão de Turismo - CTUR

Autor:

Credenciado:

Chave de Segurança: 59143

Lote: 7451

p / 5579




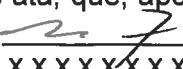
COMISSÃO DE TURISMO

54ª Legislatura – 4ª Sessão Legislativa Ordinária

ATA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA REALIZADA EM 19 DE NOVEMBRO DE 2014.

Às quinze horas e dezenove minutos do dia dezenove de novembro de dois mil e quatorze, reuniu-se a Comissão de Turismo no Anexo II, Plenário 5 da Câmara dos Deputados, com os seguintes parlamentares: Renato Molling – presidente; Danrlei de Deus Hinterholz, Fabio Reis, Geraldo Resende, Magda Mofatto, Paulo Pimenta, Pedro Chaves e Rubens Bueno – titulares; Edinho Bez, Policarpo, Roberto Santiago e Rosinha da Adefal – suplentes. Deixaram de comparecer os deputados Abelardo Camarinha, Andreia Zito, Aníbal Gomes, Benjamin Maranhão, Carlos Eduardo Cadoca, Dr. Paulo César, José Airton, Marllós Sampaio, Valadares Filho, Vilalba e Zé Vieira. **ABERTURA:** Havendo número regimental de parlamentares, o presidente Renato Molling declarou abertos os trabalhos. O presidente solicitou à secretária que fizesse a leitura da Ata de nº 15, realizada em 29 de outubro de 2014. O deputado Pedro Chaves solicitou a dispensa de leitura da ata. Em votação, a dispensa foi **aprovada**. Posta em votação, a ata foi **aprovada**. **EXPEDIENTE:** O presidente comunicou que recebeu ofício justificando a ausência do deputado José Rocha por estar em missão oficial na cidade de Nova York, Estados Unidos. **ORDEM DO DIA: A – Emendas da Comissão de Turismo ao Projeto de Lei nº 03/2014 - CN - Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO 2015).** O presidente convidou para compor a Mesa o servidor Edson Tubaki, consultor de orçamento. Em seguida apresentou as seguintes sugestões de emendas de meta para apreciação pelo Plenário: **SUGESTÕES DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META:** **Emenda 1** (do senhor deputado Renato Molling): EMENTA: Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística. PROGRAMA: 2076 - Turismo. AÇÃO: 10V0 - Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística. PRODUTO: Projeto realizado (unidade). ACRÉSCIMO DE META: 3.000. **Emenda 2** (do senhor deputado Renato Molling): EMENTA: Promoção e Marketing do Turismo no Mercado Nacional – Eventos. PROGRAMA: 2076 - Turismo. AÇÃO: 20Y3 - Promoção e Marketing do Turismo no Mercado Nacional. PRODUTO: Iniciativa implementada (unidade). ACRÉSCIMO DE META: 3.000. **Emenda 3** (do senhor deputado Renato Molling): EMENTA: Promoção Turística do Brasil no Exterior – Embratur. PROGRAMA: 2076 - Turismo. AÇÃO: 20Y5 - Promoção Turística do Brasil no Exterior. PRODUTO: Divisa gerada (US\$ milhão). ACRÉSCIMO DE META: 3.000. **Emenda 4** (do senhor deputado Geraldo Resende): EMENTA: Apoio a projetos de infraestrutura turística. PROGRAMA: 2076 - Turismo. AÇÃO: 10V0. Apoio a projetos de infraestrutura turística. PRODUTO: Projeto realizado (unidade). ACRÉSCIMO DE META: 300. **Emenda 5** (do senhor deputado Geraldo Resende): EMENTA: Turismo Qualificação. PROGRAMA: 2076 - Turismo. AÇÃO: 4590 – Qualificação, Certificação e Produção Associada ao Turismo.

Mu .

PRODUTO: Pessoa qualificada (unidade). ACRÉSCIMO DE META: 15.000; **Emenda 6** (da senhora deputada Magda Mofatto): EMENTA: Promoção e Marketing do Turismo no Mercado Nacional. PROGRAMA: 2076 - Turismo. AÇÃO: 20Y3 – Promoção e Marketing do Turismo no Mercado Nacional. PRODUTO: Iniciativa implementada (unidade). ACRÉSCIMO DE META: 20; **Emenda 7** (do senhor deputado José Rocha): EMENTA: Apoio a projetos de infraestrutura turística. PROGRAMA: 2076 - Turismo. AÇÃO: 10V0 – Apoio a projetos de infraestrutura turística. PRODUTO: Projeto realizado (unidade). ACRÉSCIMO DE META: 5.000.000; **Emenda 8** (do senhor deputado José Rocha): EMENTA: Promoção e Marketing do Turismo no Mercado Nacional. PROGRAMA: 2076 - Turismo. AÇÃO: 20Y3 – Promoção e Marketing do Turismo no Mercado Nacional. PRODUTO: Iniciativa implementada (unidade). ACRÉSCIMO DE META: 30.000.000; **Emenda 9** (do senhor deputado José Rocha): EMENTA: Promoção Turística do Brasil no Exterior. PROGRAMA: 2076 - Turismo. AÇÃO: 20Y5 – Promoção Turística do Brasil no Exterior. PRODUTO: Divisa gerada (US\$ milhão). ACRÉSCIMO DE META: 20.000.000. Não foram apresentadas sugestões de emendas de texto. Fizeram uso da palavra os deputados Pedro Chaves, Magda Mofatto e Geraldo Resende. O deputado Geraldo Resende solicitou aos membros desta Comissão que apresentem emendas individuais junto à Comissão de Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização com a mesma finalidade da Emenda nº 5 (Turismo Qualificação). Colocadas em votação, foram **aprovadas as emendas de inclusão de meta: nº 1 – EMENTA: Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística. PROGRAMA: 2076 - Turismo. AÇÃO: 10V0 - Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística. PRODUTO: Projeto realizado (unidade). ACRÉSCIMO DE META: 3.000, com alteração do acréscimo de meta para 2.000 (dois mil); nº 2 – EMENTA: Promoção e Marketing do Turismo no Mercado Nacional – Eventos. PROGRAMA: 2076 - Turismo. AÇÃO: 20Y3 - Promoção e Marketing do Turismo no Mercado Nacional. PRODUTO: Iniciativa implementada (unidade). ACRÉSCIMO DE META: 3.000, com alteração do acréscimo de meta para 2.000 (dois mil); e nº 3 – EMENTA: Promoção Turística do Brasil no Exterior – Embratur. PROGRAMA: 2076 - Turismo. AÇÃO: 20Y5 - Promoção Turística do Brasil no Exterior. PRODUTO: Divisa gerada (US\$ milhão). ACRÉSCIMO DE META: 3.000, com alteração do acréscimo de meta para 500 (quinhentos).** O presidente suspendeu a reunião por cinco minutos para elaboração da ata. Retomados os trabalhos, o presidente pediu à secretária que fizesse a leitura da ata. O deputado Pedro Chaves solicitou a dispensa de leitura da ata. Em votação, a dispensa foi **aprovada**. Colocada em votação, a ata foi **aprovada**. ENCERRAMENTO: Às quinze horas e trinta e seis minutos, não havendo nada mais a tratar, o presidente encerrou os trabalhos, convidando os senhores e senhoras parlamentares para reunião ordinária deliberativa a realizar-se no dia vinte e seis de novembro às quatorze horas e trinta minutos, no Plenário 5. Eu  _____, Ana Katia Martins Bertholdo, secretária-executiva da Comissão, lavrei a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo presidente, Renato Molling  _____, e publicada no Diário da Câmara dos Deputados. x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.



RECIBO DE ENTREGA DE EMENDAS À LDO

EMENDA AO TEXTO

NÚMERO EMENDA	REFERÊNCIA	TIPO EMENDA
1	Artigo 77 Parágrafo 9	Modificativa ✓
2	Artigo 77 Parágrafo 1	Modificativa ✓
3	Artigo 85 Parágrafo 1	Modificativa ✓
4	Artigo 23	Modificativa ✓
5	Artigo 52	Modificativa ✓
6	Artigo 88	Modificativa ✓
7	Artigo 40 Parágrafo 5	Aditiva ✓
8	Artigo 52 Parágrafo 12	Supressiva ✓
9	Artigo 40 Parágrafo 3 Inciso II	Supressiva ✓
10	Artigo 40 Parágrafo 3 Inciso III	Supressiva ✓

Emendas Meta	0
Emendas Cancelamento	0
Emendas Texto	10
Total	10

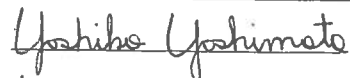
AUTOR DA EMENDA

5025 - Comissão Diretora da Câmara dos Deputados

Autor: 
Chave de Segurança: 75555

Credenciado:

Lote: 7347


p. 5422

DECISÃO DA MESA

A Mesa Diretora, por seus membros abaixo assinados, decidiu aprovar as seguintes propostas de emendas ao texto da lei que serão apresentadas ao Projeto de Lei n.º 3/2014-CN, Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO 2015), assim distribuídas: **Proposta de emenda 1** - Tipo de Emenda: Modificativa. Ementa: Altera a redação do *caput* do art. 23. Justificativa: A presente emenda visa alterar o prazo para 30 de junho, como parâmetro para a elaboração das propostas orçamentárias para 2015 relativamente aos GNDs 3 – Outras Despesas Correntes, 4 - Investimentos e 5 – Inversões Financeiras, de modo a abrigar os créditos suplementares e especiais aprovados até esta data, destinados aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União; **Proposta de emenda 2** - Tipo de Emenda: Supressiva. Ementa: Suprime o inciso II do § 3º do art. 40. Justificativa: A presente emenda visa suprimir o dispositivo que veda o remanejamento de recursos orçamentários dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União, por ato próprio dos Presidentes das respectivas Casas daqueles Poderes, bem como do Procurador-Geral do Ministério Público e do Defensor Público-Geral Federal da Defensoria Pública da União, mediante cancelamento de despesas obrigatórias para a suplementação de despesas discricionárias. Essa emenda busca eficiência na aplicação do orçamento pelas autoridades máximas daqueles Poderes, bem como do Procurador-Geral do Ministério Público e do Defensor Público-Geral Federal da Defensoria Pública da União, na medida em que se valem de atos próprios para remanejarem as dotações dos órgãos que representam, dentro dos limites da Lei Orçamentária Anual - LOA, sem qualquer

aumento de despesa, ao invés de dependerem de decreto do Chefe do Poder Executivo para tanto; **Proposta de emenda 3** - Tipo de Emenda: Supressiva. Ementa: Suprime o inciso III do § 3º do art. 40. Justificativa: A presente emenda visa suprimir o dispositivo que veda o remanejamento de recursos orçamentários dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União, por ato próprio dos Presidentes das respectivas Casas daqueles Poderes, bem como do Procurador-Geral do Ministério Público e do Defensor Público-Geral Federal da Defensoria Pública da União, mediante cancelamento de despesas discricionárias para a suplementação de despesas obrigatórias. Do ponto de vista da autonomia daqueles órgãos, reconhecida pela própria Constituição, a regra se revela ingerência inconstitucional e indevida na gestão orçamentária dos demais Poderes. Essa emenda visa assegurar prerrogativa fundamental das referidas autoridades na gestão dos recursos dos órgãos que representam; **Proposta de emenda 4** - Tipo de Emenda: Aditiva. Ementa: Inclui o § 6º no art. 40. Justificativa: O que se pretende com a inclusão do § 6º é estender aos Poderes Legislativo e Judiciário, ao Ministério Público da União e à Defensoria Pública da União a mesma prerrogativa já conferida ao Poder Executivo para abrir créditos suplementares provenientes de excesso de arrecadação de receitas próprias, nos termos do art. 43, § 1º, inciso I, da Lei nº 4.320/64; **Proposta de emenda 5** - Tipo de Emenda: Modificativa. Ementa: Altera a redação do *caput* do art. 52. Justificativa: A presente emenda visa alterar o prazo para até o vigésimo dia após o encerramento do bimestre para que o Poder Executivo, se for necessário efetuar a limitação de empenho e movimentação financeira, apure e informe o montante necessário do contingenciamento a cada órgão orçamentário dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União, segundo o art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal; **Proposta de emenda 6** - Tipo de Emenda: Supressiva. Ementa: Suprime o § 12 do art. 52. Justificativa: O art. 9º da Lei de



Responsabilidade Fiscal dispõe sobre o prazo de 30 dias, após avaliação bimestral, para os Poderes efetuarem, se for o caso, a devida limitação de empenho e movimentação financeira, mas não impõe prazo para o restabelecimento dos limites. A exigência de limitação de empenho e movimentação financeira faz-se necessária em função da compatibilização entre receitas e despesas, com vistas ao atingimento do resultado fiscal previsto para o exercício. Já o ato de restabelecimento de limites pode ser realizado sem necessidade de prazo para fazê-lo, pois, além de em nada influenciar na formação do resultado fiscal que terá sido alcançado, ainda obriga o cumprimento de mais um prazo desnecessário pelos gestores. Além disso, entende-se que a LDO, ao definir prazo para os órgãos restabelecerem os limites já contingenciados, impõe exigências não previstas na LRF; **Proposta de emenda 7** - Tipo de Emenda: Modificativa. Ementa: Altera a redação do § 9º do art. 77. Justificativa: A presente emenda visa à inclusão do montante das despesas derivadas do ingresso de servidores nas ações orçamentárias específicas relativas ao provimento de cargos e funções, reestruturação e revisão de remunerações, constantes da programação dos órgãos, sem que se dependa da concessão de créditos adicionais abertos por decreto do Poder Executivo; **Proposta de emenda 8** - Tipo de Emenda: Modificativa. Ementa: Altera a redação do § 1º do art. 85. Justificativa: A presente emenda visa à inclusão de recursos destinados aos benefícios auxílio-alimentação ou refeição, à assistência pré-escolar, à assistência médica e odontológica e ao auxílio-transporte em função de ingresso de beneficiários oriundo de posses e de criação de cargos. É requisito para a posse que haja dotação prévia, o que inclui, sem dúvida, as dotações destinadas aos benefícios aos servidores; **Proposta de emenda 9** - Tipo de Emenda: Modificativa. Ementa: Altera a redação do *caput* do art. 88. Justificativa: A presente emenda visa permitir aos Poderes Legislativo e Judiciário, ao Ministério Público da União e à Defensoria Pública da União propor reajuste dos benefícios auxílio-alimentação ou refeição e assistência pré-escolar

pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA do IBGE, permitindo, ao menos, a correção monetária desses benefícios. **Proposta de emenda 10** - Tipo de Emenda: Modificativa. Ementa: Altera a redação do § 1º do art. 77. Justificativa: A presente emenda visa alterar a data de início de tramitação de proposição que conceda vantagens, aumentos de remuneração, crie cargos, empregos ou funções, ou que altere a estrutura de carreiras para que possa constar do Anexo V da LOA, passando essa data para 2 de dezembro de 2014.

Câmara dos Deputados, de de 2014.



HENRIQUE EDUARDO ALVES
Presidente



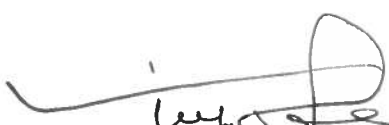
ARLINDO CHINAGLIA JÚNIOR
Primeiro-Vice-Presidente



FÁBIO FARIA
Segundo-Vice-Presidente



MÁRCIO BITTAR
Primeiro-Secretário



SIMÃO SESSIM
Segundo-Secretário



MAURÍCIO QUINTELLA LESSA
Terceiro-Secretário



BIFFI
Quarto-Secretário